

Revista da Extensão

Nº 4 / 2012 Jul

ISBN 984 7565484

Entrevista com o professor Irajá:
trajetória de 75 anos na UFRGS

CECLIMAR 34 anos de Extensão

Projeto "Bolsa Amarela":
A literatura como um caminho para a
ampliação da cidadania

"Barômetro – Ciência, café e
debate" – design de um dispositivo
pedagógico

A extensão contribuindo para o
empoderamento das escolas públicas
de Belém: o enfrentamento da
violência sexual infanto-juvenil

Projeto HABITAT: construindo
parcerias para a Arquitetura e
Engenharia Pública nos bairros de
baixa renda em Viçosa – MG

Arquitetura fora das salas de aula

Ações socioambientais em
comunidades do Município do Rio
Grande – RS

Assessoria Interdisciplinar e
Intercultural em Direitos Humanos:
relato de experiência

Cessação do tabagismo no
contexto da "Campanha UFRGS livre
da fumaça do tabaco"

Prevenção da perda auditiva induzida
por elevados níveis de pressão sonora
em escolares de Porto Alegre – RS

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Chega às suas mãos mais um número da Revista da Extensão, publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aberta à reflexão e o diálogo com a extensão desenvolvida no meio universitário brasileiro.

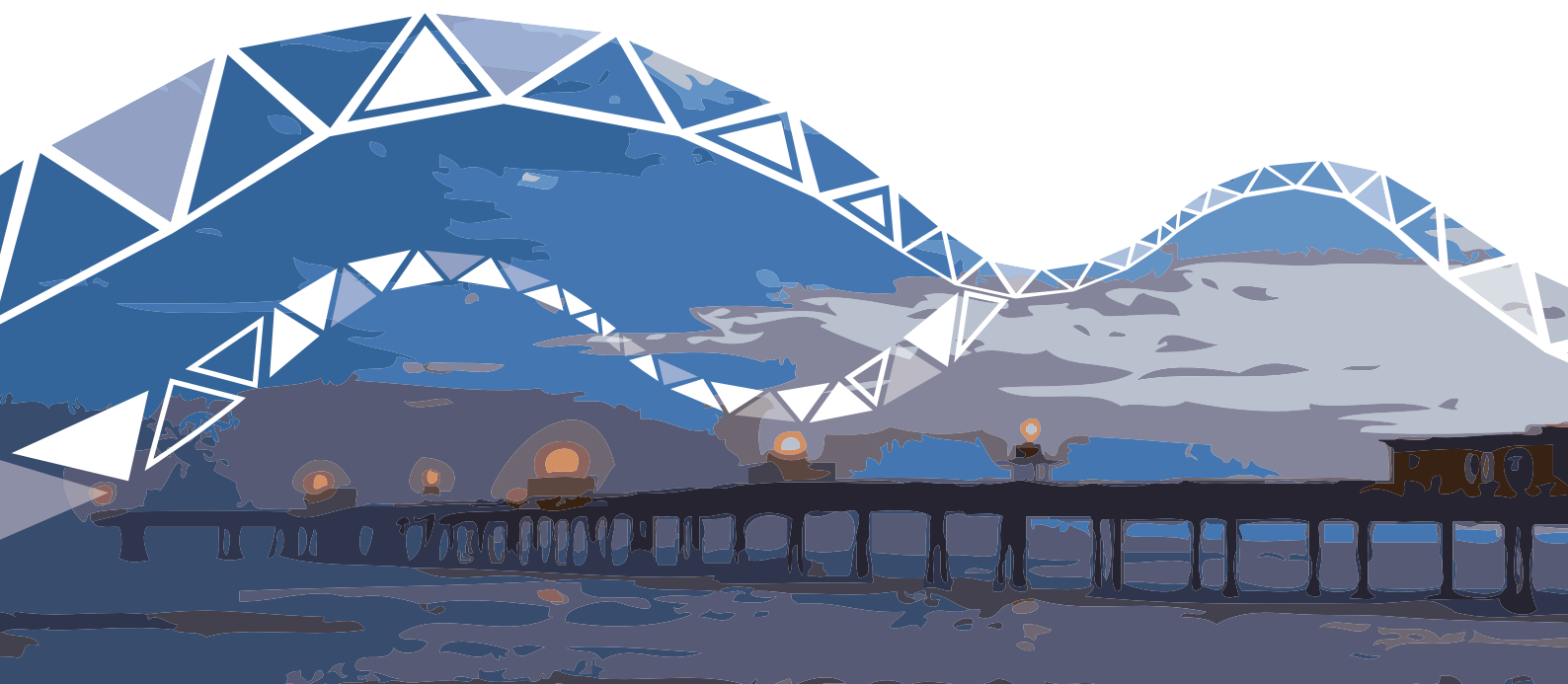
Nesta edição, além do convite à leitura dos artigos, levamos também até você o convite para a participação no Festival de Inverno Maré de Arte. O evento vai ser realizado na cidade de Tramandaí, localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, de 29 de julho a 05 de agosto de 2012. Será a oportunidade que a comunidade universitária da UFRGS terá de encontrar e conviver com a diversidade cultural das populações daquela região. Durante uma semana, diversas oficinas e apresentações culturais, serão desenvolvidas com o intuito de reunir um público variado para compartilhar saberes e fazeres.

Nunca é demais lembrar, que um dos objetivos da extensão universitária é criar meios para a interlocução com diferentes atores sociais, o que de certa forma, aproxima a proposta editorial da Revista da Extensão e a organização do Festival de Inverno Maré de Arte. Ambas, são realizações da Pró-Reitoria de Extensão voltadas ao trânsito dos conhecimentos e o descortinar de universos sócio-culturais.

Participe!!

Sandra de Deus

Pró-Reitora de Extensão | UFRGS



Editorial

Revista da Extensão

A **Revista da Extensão** voltou. A partir desta quarta edição, a segunda impressa, passamos a ter Conselho Editorial e registro no ISSN – *International Standard Serial Number* –, verdadeira identidade para publicações seriadas, o que torna a **Revista** única e definitiva. São condições que – devagar e sempre – vão qualificando a inserção da nossa publicação no meio acadêmico brasileiro.

Nesta etapa, iniciamos o processo de renovação editorial com a inauguração de espaço para entrevista de atores sociais envolvidos, de uma forma ou outra, com ações de extensão. Esse é o caso de Irajá Damiani Pinto, Professor Emérito da UFRGS, pioneiro e um dos responsáveis pela inserção social da UFRGS no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Há mais de 30 anos, ele foi um dos principais criadores do Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR, que ilustra a capa e faz parte do segundo artigo da **Revista**.

Os demais textos foram elaborados por extensionistas de 5 universidades diferentes e trazem colaborações importantes para a prática da extensão universitária brasileira. É possível visualizar uma diversidade crescente de iniciativas nas áreas da justiça e dos direitos humanos que aproximam ações desenvolvidas nos âmbitos do Direito, Literatura, Arquitetura, Design e Engenharia. A tão almejada interdisciplinaridade tem se dado na prática. As metodologias de trabalho se alternam quando, em dois artigos, se apontam os perigos da fumaça do tabaco e dos elevados níveis de pressão sonora, ações dirigidas, respectivamente, para os públicos universitário e escolar, assim como nas ações socioambientais desenvolvidas em comunidades ditas periféricas.

A **Revista da Extensão** é um convite para a leitura e informação.

José Antônio dos Santos

Editor



Sumário

4



Entrevista
com o professor Irajá:
trajetória de 75 anos na UFRGS

13



CECLIMAR 34 anos de Extensão

20



Projeto “Bolsa Amarela”:
a literatura como um caminho para a
ampliação da cidadania

27



“Barômetro – Ciência, café e debate” –
design de um dispositivo pedagógico

33



A extensão contribuindo para o
empoderamento das escolas públicas
de Belém: o enfrentamento da
violência sexual infanto-juvenil

38



Cessação do tabagismo no contexto
da “Campanha UFRGS livre da
fumaça do tabaco”

Revista da Extensão

Arquitetura fora das salas de aula



46

Ações socioambientais em
comunidades do Município do
Rio Grande - RS



53

Assessoria Interdisciplinar
e Intercultural em Direitos Humanos:
relato de experiência



59

Projeto HABITAT: construindo parcerias
para a Arquitetura e Engenharia
Pública nos bairros de baixa renda em
Viçosa - MG



67

Prevenção da perda auditiva induzida
por elevados níveis de pressão sonora
em escolares de Porto Alegre - RS



72

Entrevista

com o professor Irajá: trajetória de 75 anos na UFRGS

Entrevista: Leandro Soares Rodrigues | Coord. do Núcleo de Divulgação da PROEXT
Fotografias: Rafael Derois | PROEXT

Doutor Irajá Damiani Pinto, Professor Emérito da UFRGS. Se você, leitor, não está envolvido com Paleontologia, esse nome pode não lhe dizer muito. Mas o peso intelectual desse professor, que no dia 3 de julho completou 93 anos de idade (75 deles vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul), extrapola os limites de nossas fronteiras, e ainda surpreende. Reconhecido nacional e internacionalmente pela comunidade científica, o Professor Irajá (como é carinhosamente conhecido) acumula títulos e honrarias que o credenciam como um dos mais importantes e influentes cientistas brasileiros.

Desde 1979, é Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências e orgulha-se de ter recebido a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, concedida, em 1998, pelo Presidente da República, por sua contribuição no desenvolvimento da ciência do Brasil.

As homenagens são tantas que fica difícil enumerá-las. Com seu nome foi batizado o museu de Geociências da UFRGS (Museu de Paleontologia Irajá Damiani Pinto), e diversos organismos fósseis descobertos, como o *Irajapintoseidon* uruguayense (1989), e até um gênero inteiro de répteis, os *Irajatherium* gen.

Nos anos 50, Damiani Pinto foi um dos primeiros alunos e ajudou a estruturar o Instituto de Ciências Naturais, à época vinculado à Faculdade de Filosofia. Também criou e estruturou o primeiro curso de Geologia do Brasil, na UFRGS, e fundou o Centro de Estudos Limnológicos e Costeiros, o CECLIMAR, dentre outros feitos. Recebeu vários prêmios e homenagens, e coleciona admiradores por onde passa.

Revista da Extensão:

Fale um pouco de sua trajetória profissional e acadêmica.

Eu trabalhava no comércio, e com 19 anos me casei. Na época em que entrei na universidade, todos os candidatos eram obrigados a fazer um curso preparatório. Tinha o pré-médico, o pré-jurídico e o pré-técnico. Não havia curso noturno, tentei o curso diurno, mas não deu. Só em 1940, foram criados cursos noturnos no Colégio Júlio de Castilhos. Entrei, e fiz o pré-médico, em 1940 e 1941. Na época o vestibular tinha prova oral e escrita, mais diversificada. Em 1942, fiz meu primeiro vestibular para Medicina e não passei em Sociologia. Eram necessários 60 pontos para ingressar, no exame escrito fiquei com 57. Só que, na prova oral, me caiu desquite e divórcio. Um dos examinadores tinha sido meu professor no Júlio



de Castilhos, e passado metade do ano dando esse assunto. Eu então disse pra ele: “são inúmeros aspectos, eu gostaria que o senhor me perguntasse um, pois não sei por onde começar”. Ele disse: “o senhor fale!”. Eu disse: “Professor, são tantas, não sei, é que tem...” E ele: “O senhor fale!”. Eu disse: “Mas o senhor passou meio ano falando sobre desquite e divórcio, eu não sei qual aspecto eu dou”, ao que ele afirmou: “Estou satisfeito”, e me deu zero. Eu tinha tirado 57 na prova escrita, faltaram 3 pontos pra eu entrar na Medicina. Não vou dizer o nome do professor...[risos] Mas aí, depois então, naquele ano, foi criada a Faculdade de Filosofia no [período do] Reitor Armando Câmara. Em julho, eu fiz vestibular e passei.

Nosso curso era o de História Natural, da Faculdade de Filosofia, de três anos. Todos os cursos abertos eram de três anos: Matemática, Física, Química. Os alunos que foram para o Curso de Química desistiram no meio do caminho, de Física também, só os alunos de Matemática continuaram, e de História Natural. De História Natural éramos em sete, mas o pessoal estava sempre com a ideia de estudar História Natural para fazer Medicina. Eu, já no segundo ano, fui nomeado organizador de laboratório, porque nós tínhamos, no porão da Faculdade de Direito, uma única sala e um pequeno laboratório, que era de fisiologia vegetal, montado por um professor alemão [Dr. Carlos Hogetop], que tinha estado na Agronomia e foi deslocado para a Filosofia. Então, com certa experiência em comércio e coisas assim, eu tinha a possibilidade de tocar as coisas pra frente. O professor alemão não tinha essa condição de contatos. Comecei

a organizar o laboratório, que servia para a Zoologia, Botânica, Geologia e depois, mais tarde, Genética, tudo num único gabinete.

RdE: Na verdade, o senhor viu nascer o Curso de História Natural?

Nasceu o Curso ali. E aí, pude começar a desenvolver minhas pesquisas, e segui produzindo. Depois de quase oito anos viajando - eu já tinha publicado vários trabalhos na área de História Natural -, resolvi fazer vestibular para Medicina, tirar meu complexo [risos]. Fiz o vestibular, passei e cursei o primeiro ano de Medicina. Quando eu passei pro segundo ano, o professor Paulo Sawaya, da Universidade de São Paulo, me disse: “É um crime tu deixares o que estás fazendo para fazer Medicina. A Universidade de São Paulo te dá uma bolsa pra tu vires fazer um doutorado aqui em São Paulo”. Então, larguei a Medicina e fui fazer meu doutorado em São Paulo.

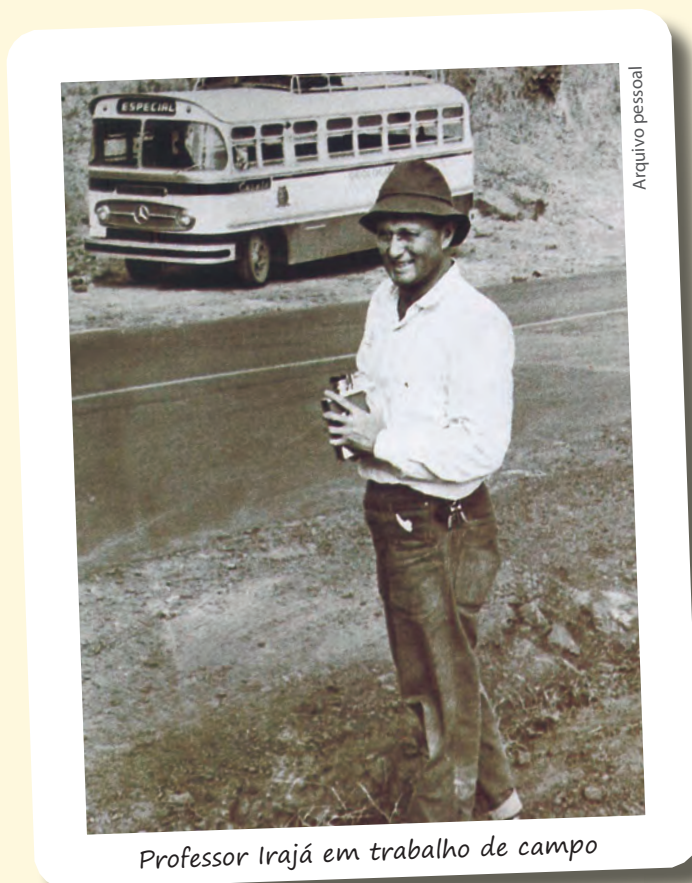
RdE: O senhor fez o doutorado em São Paulo e depois se inseriu na administração da Universidade de que forma?

Ele conseguiu a bolsa e me disse: “A reitoria te dá uma bolsa, pra que tu venhas continuar teu trabalho, aqui”. Assim, fui para lá, fiz meu doutorado na Universidade de São Paulo, na área de Geociências, e voltei. Aqui, eu já tinha organizado todos os laboratórios. Tinha um reitor magnífico, chamado Elyseu Paglioli. Era um homem extraordinário, ao mesmo tempo simpático, extremamente trabalhador e com grande visão. Visão essa que recebeu várias críticas

por conceber aquele monstruoso Hospital de Clínicas de Porto Alegre [risos]. O professor Paglioli e eu criamos, e me tornei diretor do Instituto de Ciências Naturais. Com o professor Paglioli foi construído aquele prédio do lado da reitoria, o Instituto de Ciências Naturais, com minha participação e do professor Bernardo Geisel. Também o Professor Luís Pilla, gente que tinha vontade de, realmente, tocar a Universidade pra frente. Com eles, eu, apesar de gurizão, recebia apoio de toda maneira, pois sabiam que eu estava querendo realizar alguma coisa.

RdE: Em que ano aconteceu isso e quais eram as novidades na Universidade?

Isso foi em 1953. Aí organizei o Instituto com vários Departamentos: Biologia, Botânica, Zoologia, Genética e Ecologia. Pela primeira vez se falava em genética, os médicos não sabiam o que era genética. Digo isso por dois casos: um é que na época nasceu, de um casal, um [filho] branco e um [filho] negro. O médico deixou a coisa de tal maneira como se a senhora tivesse tido relações com dois homens. Outro caso foi o seguinte: o professor Carlos de Britto Velho, que foi um grande professor, depois político, foi questionado em uma aula por um dos alunos sobre assunto de genética. Eu tinha tido genética de vegetal, com o professor [José] Grossman, foi a primeira excursão de genética, na área de agronomia. Então já tínhamos esse conhecimento de genética. E, tão logo o aluno perguntou, ele disse: “Isso aí, quem sabe é um aluno meu, o Irajá, que já teve genética”. Então, casualmente, eu pude explicar pra



Professor Irajá em trabalho de campo

outro colega o que era aquele assunto. Aliás, o que eu tive de participação de gente maravilhosa, especialmente no início da Universidade, foi uma coisa fantástica, viu?

RdE: Naquela época a Universidade tinha outro nome. Por outro lado, os interesses de pesquisa e formas de financiamento também eram outros, como se deu esse processo de modificação da Universidade?

Bem, eu me formei na Universidade de Porto Alegre, que se transformou na Universidade do Rio Grande do Sul e depois na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então eu comecei a tocar o Instituto de Ciências Naturais e começaram a surgir grandes oportunidades. Tivemos o auxílio da Rockefeller Foundation pelo Mr.



Medalha da
Grã-Cruz da Ordem
Nacional do Mérito
Científico

Harry Miller. Ele veio mais por causa da genética, do [Antônio Rodrigues] Cordeiro, que havia sido meu aluno, mas que já fazia pesquisa na área de genética. Só que a Rockefeller [Foundation] não estava muito disposta a dar recursos para a Geologia. Falei com ele, que ficou meu amigo - era uma pessoa com interesse mundial - e me disse: "Olha, Irajá, só [sairá financiamento] se for pra outro projeto". Aí fizemos o setor de Paleontologia, na época, não se falava em Geologia, e eles passaram a nos apoiar. Muito do equipamento que ainda hoje se usa no CECLIMAR e no [Instituto de] Biociências (microscópios, lupas e tal), foram adquiridos por doação da Rockefeller Foundation. A mesma fundação me proporcionou uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, na Louisiana State University.

Aqui, o pessoal só fazia teoria nos nossos cursos, estava pouco preocupado com a pesquisa e a extensão. Como é que eu ia fazer Geologia com algum aluno meu, se não fosse sair a campo e bater numa rocha, numa pedra, pra reconhecer? Não iriam reconhecer nunca! Por isso, sempre achei que a minha formação era de segunda, terceira categoria em matéria de Geologia, porque nunca tive esse contato com os diferentes tipos de rocha e nem trabalho de campo. Assim, logo começamos a providenciar a ida a Torres e Tramandaí. Consegui, com um avô meu que tinha uma fábrica de massas, um caminhão para o trabalho de campo. Era uma aventura, o pessoal atolava na praia e tudo o mais. A condução que nós tínhamos na Universidade era o que conseguíamos emprestado.

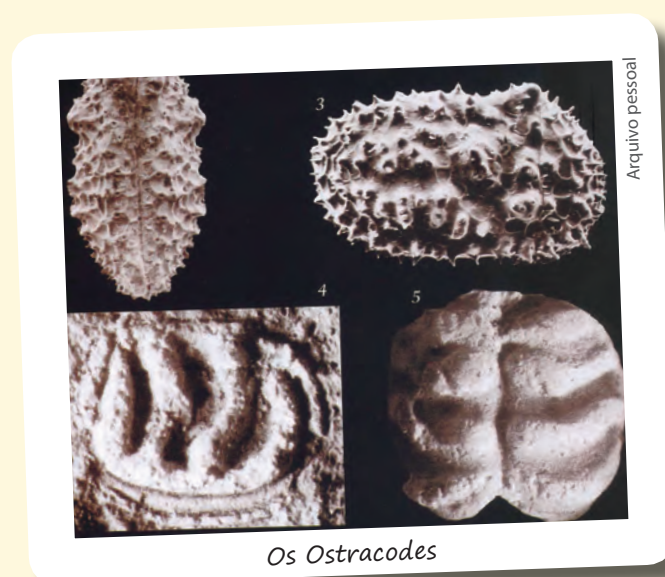
RdE: O que movia a Universidade era a vontade de fazer algo diferente e a iniciativa das pessoas?

A gente tinha que fazer alguma coisa, e se quisesse fazer alguma coisa, tínhamos que achar os meios. E aí começou a busca de recursos no Ministério da Educação. Eu ia seguido no Ministério de Educação, logo atrás do professor Paglioli. Quando ele chegava no Ministério a primeira pergunta do ascensorista era: “Como vai, como está, professor Paglioli?”. Aquilo, pra mim, já era uma abertura, ele era bastante conhecido do Diretor de Ensino Superior e do Ministro da Educação. A gente devia ter relacionamento bom com um ou outro, ou conseguia algum recurso através do professor Paglioli. De maneira que muita coisa se conseguia.

RdE: O senhor tem 70 anos de UFRGS, viu a extensão universitária nascer, crescer e chegar ao estado que ela se encontra hoje. Fale um pouco sobre esse processo e sobre como foi sua atuação para fundar o CECLIMAR.

Bom, todas as coisas tem um início. Minha primeira ideia em criar o CECLIMAR no litoral norte do Estado começou trabalhando com vegetais, com insetos, tudo o que aparecia eu ia trabalhando, mas sem um objetivo certo. Nós fazíamos nossas excursões no caminhão do meu avô, que era a gasogênio, pois naquele tempo da Segunda Guerra não tinha gasolina. Até que um dia, lá nas coletas de campo da Zoologia, encontrei um animalzinho, chamado Ostracodes. Esse animal tem 1

milímetro de tamanho, e como pode ver [mostra uma figura do Ostracodes] são duas conchinhas, duas válvulas de um milímetro, mais ou menos. Você abre e tem como se fosse um camarão, com todas as patas e tudo direitinho que poderia haver dentro dele. Achei muito interessante e comecei a estudar este bichinho. Inicialmente, a preocupação era sobre onde começar a estudar este bicho, não tínhamos lugar apropriado. Então uma colega, ou melhor, uma aluna minha, que depois virou minha colega, senhora Yvonne Sanguinetti, ofereceu a sua residência no litoral. Levamos microscópios e lupas para o local e iniciamos a pesquisar, desenvolvemos uma série de trabalhos sobre a forma viva deste animalzinho. A professora Yvonne estudou as formas vivas e depois os fósseis. A doutora Alwine Bertels, de Buenos Aires, também vinha pra cá e ficava hospedada na casa dela para pesquisar. Entrementes, eu fiquei sabendo que esse bichinho tinha uma importância geológica, pois há diferentes períodos geológicos deste bicho desde 400 milhões de anos até



hoje, e nós começamos a nos preocupar com esta parte de fósseis. Eu e a professora Yvonne Sanguinetti descobrimos uma espécie nova para a ciência, que nós denominamos de *Bisulcocypripis*, e que tem sido usado não só pela Petrobras, mas também internacionalmente na pesquisa de petróleo. Aqui, no Rio Grande do Sul, as professoras Yvonne e Lília de Ornellas fizeram as pesquisas na área de Pelotas e participavam das perfurações da Petrobras, determinando as diferentes camadas geológicas do terreno a partir da evolução do Ostracodes.

RdE: Qual a relação entre a descoberta do Ostracodes e a fundação do CECLIMAR em Imbé?

A partir da evolução do Ostracodes, por que uns são completamente lisos, outros tem espinhos, e ainda existem aqueles que tem estrias, temos uma marca da idade geológica do terreno, o que pode ajudar a encontrar petróleo. Mas as camadas nem sempre estão parelhas, às vezes elas fazem assim [simulando, com as mãos, uma forma de cunha]. A Petrobras fura aqui, por que deve ter petróleo, mas em seguida fura esse outro aqui, e não tem petróleo, então não gasta dinheiro nesta área. Esta é a importância atual destes bichinhos, quando comecei, eles tinham apenas valor zoológico. E foi aí que surgiu a ideia de ter um centro de ensino, extensão e pesquisa no litoral norte do Estado, para continuar as pesquisas e divulgar a Universidade. A criação do CECLIMAR foi um grande avanço para a Universidade, somos hoje o maior centro de estudos destes animais no Brasil. Tenho alunos e ex-alunos de Belém a Pelotas, de norte a sul, de leste ao oeste do país.

RdE: O CECLIMAR acabou alavancando uma série de iniciativas para aquela região, e hoje ocupa um lugar de destaque não apenas na pesquisa, mas principalmente na extensão e no ensino. Nos conte um pouco mais sobre isso?

Nós iniciamos com a coleta de material para pesquisa nas lagoas e no mar, depois visitamos toda a costa norte do Rio Grande do Sul. Fomos até a praia de Torres para coletar e conhecer aquela realidade, para depois começar a pensar no desenvolvimento do CECLIMAR. A ideia inicial era fazer um campus avançado da UFRGS, levar o ensino para a juventude do litoral. Inicialmente, começamos com cursos de verão. Tínhamos alunos do desenho, da Veterinária, por que lá se têm pinguins e lobos-marinhos que chegam na praia para descansar de suas viagens, o que sempre gerou curiosidade. Tem uma professora, de Taquari ou de Taquara, que há 26 anos leva anualmente seus alunos do ensino fundamental para terem curso no CECLIMAR. Também tivemos grupos que vieram de São Paulo e da Alemanha, dentre outros. O Centro de Estudos realmente mostrou o quanto a Universidade é importante naquela região e como se pode desenvolver a pesquisa e o ensino em geral, não apenas o universitário. Este foi o grande objetivo, embora as pesquisas que desenvolvemos. No projeto inicial, por exemplo, tivemos a preocupação com a criação de um centro de energia que seria exatamente para aproveitar o potencial eólico do litoral. Os engenheiros da Universidade fizeram uma primeira experiência no Campus do Vale e, infelizmente, não deu em nada. Vejam o que é hoje a energia eólica e o que seria ter continuado aquele projeto há 35 anos.



RdE: O CECLIMAR foi concebido como um projeto de extensão?

Sim, claro, a gente queria levar a Universidade para o litoral. Inclusive, se pegarem meu discurso de fundação vão ver que pretendíamos fazer um campus avançado, e quiçá, no futuro, uma universidade. Um exemplo de extensão é a parte que cuida dos animais marinhos, em que se traz a criancada para ver o tratamento que se deve ter com os pinguins e os lobos marinhos. Hoje, nós temos um leão marinho que tinha uns 50 centímetros, era pequenino, filhotinho quando chegou no Centro. Todos jogavam o bicho no mar para voltar à vida selvagem e ele voltava pra praia. Três vezes ele foi libertado e voltou à praia. Da última vez, ele voltou quase cego, e ficamos criando ele no CECLIMAR. Hoje ele está com cento e tantos quilos, enorme, mas não pode ser mandado ao mar por que não tem condições de sobreviver, então é

obrigado a ficar lá. Muitos projetos de extensão se fez para dar um pouco de informação sobre como se comportar com a fauna e a flora marinha e do litoral.

RdE: Depois de longos anos em contato com as populações do litoral norte, na sua opinião, como vêm se consolidando as atividades de extensão do CECLIMAR?

Muitas pessoas das comunidades vão junto com os pesquisadores, aprenderam a coletar materiais e acompanham nas pesquisas. Os estudantes das escolas preservam e fazem coletas, depois que foram criados cursos de extensão. Primeiro, foi feito um curso para professoras, e o que é interessante é ver o que um aluno disse certa vez para mim: “ah, eu não gostava das aulas da professora, mas agora eu gosto”. Por quê? Por que a professora tinha tido aulas no Centro que possibilitaram a ela novas ideias. Os professores não

levavam nenhum aluno para a beira do mar, não levavam estudantes para conhecer as lagoas. Isso tudo era inaproveitado, eles tinham a natureza que não servia para aulas ou desenvolver conhecimentos. Depois, foi realizado o primeiro curso universitário, com a doutora Norma Luiza Würdig. Ela estruturou o curso atual de Biologia Marinha e Gerenciamento Ambiental e Costeiro, um curso muito bom. Os formados já estão todos praticamente colocados profissionalmente. Isso é uma coisa que dá um impulso para a Universidade

RdE: Com quase cem anos de vida o que o senhor acha que ainda falta no CECLIMAR?

Eu vou contar uma coisinha que eu gosto de falar com todo chofer de táxi. Eu digo: “vão com cuidado só faltam sete anos para fazer cem, não vão me estragar o aniversário” [risos]. Os sonhos continuam iguais, tanto que eu vou todas as quartas feiras para o CECLIMAR. Mas, como muda a direção do Centro, nem sempre posso dar palpites. Se me pedem ajuda e eu posso ajudar, eu ajudo, mas se não pedem ajuda, ou não querem, eu “tô fora”. Assim foi com a Escola de Geologia, foi também com o Instituto de Ciências Naturais e é com o CECLIMAR. Daqui para frente o que eu posso esperar? Estou sempre presente. Por exemplo, mantenho a ideia de que deveria se fazer um grande anfiteatro no CECLIMAR, mas seria um anfiteatro diferente, que poderia se transformar numa cancha de vôlei ou quadra de basquete. Bastaria só tirar as cadeiras e depois recolocá-las para voltar a ser um teatro, onde se poderia fazer concertos e espetáculos. Isso seria

uma coisa maravilhosa, que poderia ser o ano inteiro e não apenas no verão, como era no passado. Hoje temos movimento o ano todo em Tramandai e Imbé. Seria uma propaganda contínua da Universidade a construção de um belo anfiteatro em Imbé.

RdE: Com toda a sua experiência, o que diria para as novas gerações?

Eu tenho conversado com as pessoas e feito palestras. É uma conta simples: se você tem um pouco de saúde, o que, aliás, é o meu caso, - você tem que aproveitar. Tem mil coisas novas a serem feitas. Se você se dedicar a fundo sempre vai ter sucesso em qualquer ramo. Por exemplo, quando comecei as pesquisas com os Ostracodes, logo dei continuidade com os insetos. Cada vez que eu faço pesquisa eu me dedico o máximo. Então é muito simples, é trabalho com dedicação e amor. Porque só trabalho por trabalho é uma coisa, mas trabalho com amor você vai ter um retorno. Hoje o que eu tenho de recompensas é inacreditável. Eu até brinco e digo assim: “pela primeira vez estou gostando de beijo de homem”. Meus alunos de cabelos brancos me abraçam e beijam. Quer coisa mais linda que isso? Não tem. Os funcionários que trabalharam comigo é a mesma coisa. Alguns, que até nem tem grandes condições financeiras, quando podem estão sempre procurando fazer alguma coisa por mim. É isso que eu digo para os estudantes: façam o seu trabalho com amor que o resultado vai ser colhido na velhice. É o que eu vivo hoje, de todo jeito. Tire as medalhas e condecorações que eu recebi, o mais gratificante é o carinho que eu tenho de todos até hoje.



CECLIMAR

34 anos de Extensão

Maurício Tavares | Biólogo do CECLIMAR - UFRGS
Cariane Campos Trigo | Bióloga do CECLIMAR - UFRGS

A partir da possibilidade de instalação do campus avançado da UFRGS no litoral norte do Rio Grande do Sul, assim como a ampla mobilização política, econômica e acadêmica nessa direção, torna relevante recuperar a caminhada inicial da Universidade naquela região. Nesse sentido, o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR está situado na cidade de Imbé, desde 1978, de onde vêm buscando a interlocução com a comunidade local.

O CECLIMAR é um órgão auxiliar do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que vem, ao longo de 38 anos, conquistando o reconhecimento da comunidade local pelo seu trabalho altamente especializado e qualificado. O Centro tem desenvolvido inúmeras atividades culturais, educacionais e de pesquisa. A sua relevância em Imbé é registrada pela intensa procura do público visitante, em média, superior a 10 mil visitas por ano.



Histórico

Foi através do lema “Si vis pacem difunde sapientiam et culturam” que o professor emérito da UFRGS Irajá Damiani Pinto, idealizou e fundou o Centro de Estudos, Costeiros, Limnológicos e Marinhos às margens da laguna Tramandaí, atual município de Imbé. O lema escrito em latim, língua comum aos antigos naturalistas e biólogos, diz: “Se queres paz, difunde saber e cultura”. E foi com esse intuito que o professor Irajá estabeleceu suas propostas de trabalho nesse local privilegiado para o desenvolvimento de estudos ambientais, abrangendo toda a biodiversidade marinha e costeira do litoral norte e médio do Estado. A região compreende os municípios de Torres e Tavares, onde está situado o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, importante área de proteção ambiental do país.

Educação ambiental

Desde os primórdios da década de 1980, foram iniciadas as atividades de extensão do CECLIMAR, que norteiam os vários programas de educação ambiental do Centro desde então. Nessa época, foram iniciados os primeiros cursos de verão oferecidos principalmente a crianças e jovens, sendo realizados nos meses de janeiro, fevereiro e março. A procura pelos cursos cresceu ao longo dos anos e teve grande incremento com a construção do Museu de Ciências Naturais, que passou a fazer parte do CECLIMAR. A ampliação das atividades de extensão, no início da década de 1990, foi marcante a partir do estabelecimento de trilhas ecológicas na própria área do Centro, incluindo travessias em pontes pênséis, observações no caranguejal, visitas ao acervo do Museu, ao Minizoológico e aos espécimes cativos do setor de Reabilitação Animal.

O Setor de Educação Ambiental e o Museu de Ciências Naturais do Centro vêm realizando várias ações voltadas especialmente à educação, do ensino fundamental ao superior, de inúmeras instituições públicas e privadas do Rio Grande do Sul durante todo o ano. O CECLIMAR vem proporcionando à comunidade, exposições itinerantes temporárias, realizadas em escolas e durante eventos festivos da região, bem como uma programação específica para o público visitante nos meses de verão (janeiro e fevereiro). Entre os anos de 2006 e 2012, diversas unidades da Universidade (Pró-Reitoria de Pesquisa, Instituto de Física, Laboratório de Estudos em Educação a Distância), e instituições externas (Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí), dentre outras, contribuíram na programação de verão do CECLIMAR.

Setor de Reabilitação

Buscando dar um atendimento mais qualificado aos animais encaminhados ao Centro, o CECLIMAR decidiu criar em sua estrutura um setor específico para tal fim. Desta forma, em 2002, surgiu o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e Marinhos (CERAM) com a intenção de recuperar e reintroduzir animais marinhos ao seu habitat natural. Em 2004, ocorreu um acordo de cooperação técnica com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, transformando o CERAM em Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS). O apoio

técnico da Faculdade de Veterinária da UFRGS e do Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS) foi fundamental para o setor de Reabilitação dar atendimento mais qualificado à fauna do litoral norte. É grande o número de espécimes de fauna marinha e costeira recebida ao longo do ano, onde se destacam os pinguins-de-magalhães, os lobos-marinhos e as tartarugas-marinhas. Esses grupos de fauna estão sujeitos a diferentes ameaças que incluem principalmente interações com a pesca, degradação ambiental das regiões costeiras e problemas de convivência com a população local e de veranistas. A partir de 2008, inclusive, os diversos problemas referentes à fauna recebida pelo Centro de Reabilitação, passaram a ser o cerne das atividades de educação ambiental.

Setor de coleções

Em agosto de 2008, foi criado um setor destinado à produção de material didático zoológico, com intuito de subsidiar as atividades acadêmicas (p.ex.: aulas práticas) do Curso de graduação em Biologia Marinha e Costeira da UFRGS, em convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Esse setor foi inicialmente denominado como Coleção Didática e dividido em vertebrados e invertebrados, abrangendo preparações em meio líquido e seco. O material produzido também é utilizado nas atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo CECLIMAR e por outras instituições públicas e/ou de ensino, além de atividades de ensino e pesquisa (p.ex.: trabalhos de conclusão de

curso, mestrados, etc.). Os processos de preparação, curadoria, tombamento, armazenamento, preservação e manutenção do material da coleção são desenvolvidos por bolsistas e estagiários voluntários do Curso supracitado e supervisionados por um biólogo responsável. Os espécimes pertencentes à coleção provêm em sua maioria do setor de Reabilitação do CECLIMAR e de monitoramentos de praia realizados regularmente pelo GEMARS, além de doações feitas por populares e visitantes.

A fauna marinha como eixo temático da educação ambiental

O litoral do Rio Grande do Sul destaca-se por apresentar a maior diversidade de cetáceos (botos, baleias e golfinhos) do litoral brasileiro, com cerca de 80% das espécies já registradas (Ott et al. 2009). Ocorrem aqui também todas as espécies de tartarugas marinhas e pinípedes (lobos-marinhos, leões-marinhos, focas e elefantes-marinhos) ocorrentes em águas brasileiras (Pinedo et al. 1992, Di-Bernardo et al. 2003, Machado et al. 2005). Ressalta-se, ainda, uma avifauna representada por várias espécies migratórias vindas dos dois extremos do planeta, como o pequeno trinta-réis-ártico que realiza uma das mais extensas e demoradas migrações da terra. Ele viaja desde o Ártico até a Antártica, sendo que um dos locais de passagem e ocasionalmente de parada dos representantes da espécie nesta jornada é o litoral gaúcho (Belton 1994, Sick 1997).

O aparecimento destes animais na orla gaúcha gera curiosidade, compaixão, intolerância e inúmeros

outros sentimentos e reações pela comunidade local, veranistas ou visitantes esporádicos. Nesse aspecto, o CECLIMAR tem papel fundamental na disseminação das informações sobre quem são esses animais, porque eles se encontram na orla e como se deve proceder ao se deparar com algum deles. Um dos grupos mais problemáticos é aquele representado pelos lobos-marinhos, que aparecem sazonalmente entre os meses de outono e primavera em grande quantidade na orla, seja apenas para descanso ou debilitados por alguma doença contraída no ambiente marinho. A falta de conhecimento da população sobre os aspectos básicos da história de vida destes animais, bem como do conceito da seleção natural tem gerado situações de desgastes entre a comunidade e os órgãos ambientais que atuam em resgates de fauna marinha (Tavares et al. 2010). Nesse sentido, a disseminação do conceito evolutivo da seleção natural tem sido largamente abordado nas atividades de educação ambiental, incluindo a programação de verão, o programa “Museu vai à Praia, Museu vai à Escola” e demais atividades de capacitação que o Centro oferece aos diversos órgãos ambientais ao longo do ano.

Desafio Darwin 200 anos e a seleção natural

Em 2009, ano em que se festejaram mundialmente os 150 anos da publicação do clássico livro - A origem das Espécies - do naturalista britânico Charles Darwin, e os 200 anos do seu nascimento, a UFRGS realizou um evento intitulado Simpósio Darwin 200 anos. O CECLIMAR participou



desta celebração desenvolvendo um projeto junto a uma escola municipal de Imbé, intitulado, “Desafio Darwin 200 anos”. Nesse projeto, alunos do ensino fundamental desenvolveram inúmeras atividades lúdicas distribuídas em quatro grandes temáticas: “A vida e a obra de Charles Darwin”, “Seleção Natural”, “A Viagem” e “Criaçãoismo x Evolucionismo”. Além da criação de maquetes, réplicas, painéis e modelos, foi produzida uma peça teatral para abordar o conceito de

seleção natural envolvendo espécies nativas, exóticas, poluição nos oceanos, mimetismo e predação. A peça foi intitulada, “Darwin: o psicólogo dos animais”, e lotou o auditório da Prefeitura de Tramandaí no dia 16 de outubro de 2009, o que serviu para divulgar um pouco da teoria evolutiva à população local.

A inserção do CECLIMAR na gestão ambiental costeira

O Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul (GEMARS), em 1991, estabeleceu um convênio com o CECLIMAR a fim de desenvolver pesquisas com mamíferos aquáticos e tartarugas marinhas no litoral norte e médio do Rio Grande do Sul. Em mais de 20 anos de cooperação o GEMARS e o CECLIMAR realizaram contribuições científicas significativas que se traduziram, posteriormente, em material para produção de planos de ações para espécies ameaçadas de extinção (toninha, pequenos cetáceos, pinípedes e grandes cetáceos), além de se constituírem em instrumentos de educação ambiental. Nesse sentido, podemos destacar a exposição “Atrás das ondas: conhecendo os mamíferos marinhos e tartarugas marinhas de nosso litoral”, sediada no Museu de Ciências Naturais do CECLIMAR. Nela a população pode conhecer espécies que ocorrem em nosso litoral, como o golfinho mais ameaçado de extinção do Atlântico Sul Ocidental, a toninha. Também foi possível mostrar ao público, crânios de baleias, cascos de tartarugas marinhas, lobos-marinhos taxidermizados, esqueletos de golfinhos, dentre outras muitas atrações da exposição.

Em 2006, o CECLIMAR passou a sediar um Curso de graduação em Ciências Biológicas, com ênfase em Biologia Marinha e Gestão Ambiental Costeira. O Curso é oferecido em convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e está gerando inúmeros trabalhos inéditos sobre o ecossistema costeiro do litoral norte do RS, os quais contribuirão a médio e longo prazos para uma gestão mais adequada dos recursos naturais da região.

Atualmente o CECLIMAR engloba também a Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Brasil (REMAB), a qual terá papel fundamental na gestão da fauna marinha de mamíferos que ocorrem na orla. Este ano o CECLIMAR estará sediando a reunião extraordinária anual da Rede de Encalhes e Informação sobre Mamíferos Marinhos do Sul (REMASUL), onde se discutirão estratégias e ações referentes aos encalhes e aparecimento de mamíferos marinhos em nossas praias.

Perspectivas futuras no âmbito do crescimento da UFRGS no Litoral Norte

A região do litoral norte e médio do RS têm populações formadas por várias etnias e culturas. As comunidades, ao se instalarem na região, conforme suas tradições, costumes e possibilidades de trabalho, fixaram-se na encosta da serra ou na extensa planície costeira, dispondo de uma natureza rica em recursos naturais, biodiversidade e um valioso manancial de águas. Várias colônias de pescadores se formaram, sendo ainda hoje bastante representativas e importantes do ponto de vista social.

Na encosta, junto à Mata Atlântica, grande parte da população rural se dedica ao plantio de cultivares e à criação de animais. A economia da região se organizou em torno desse cenário, voltando-se para a agricultura, pecuária, agroindústria, extrativismo, pesca, turismo, artesanato, construção civil e outras atividades afins. Atualmente, as principais atividades econômicas da região são o turismo de segunda residência e o cultivo do arroz, ambos em expansão, além da pesca artesanal, que se encontra em severo declínio devido à falta de uma política de manejo adequada (BDT 2000). Um dos principais problemas da região é o impacto que a faixa litorânea sofre nos meses de verão, época em que ocorre um grande afluxo de turistas e a população flutuante chega a aumentar em mais de 1.200% em alguns municípios, certamente sobrecarregando a capacidade suporte do ambiente.

No que diz respeito ainda à situação sócio-econômica, é importante destacar que o litoral norte e médio do RS constituem uma das regiões mais carentes do Estado, onde as desigualdades sociais são marcadas pela possibilidade ou não de acesso à informação e à cultura, ao trabalho e aos bens de consumo. Na maioria dos municípios, as escolas são apenas de ensino fundamental, havendo poucos estabelecimentos de ensino médio. Recentemente, algumas instituições de ensino superior privado têm se instalado na região. Entretanto, o alto custo de seus cursos tem limitado de maneira significativa o acesso à Universidade por parte da população local.

Atualmente, uma das principais diretrizes na implementação de planos de desenvolvimento sustentável é envolver de maneira mais efetiva as comunidades locais, de forma a fortalecer e qualificar a sua participação no processo de gestão dos recursos naturais. Essa participação, no entanto, somente é possível no momento em que as comunidades passam a ter um maior conhecimento a respeito dos recursos naturais que existem em seu entorno e de seus principais problemas de conservação. Ainda como parte dessa estratégia, a difusão e popularização do conhecimento técnico-científico também desempenham um papel de valorização regional, aumentando a

autoestima das comunidades locais e, conseqüentemente, a sua participação nas ações de conservação.

Nesses 34 anos de profícua relação com a comunidade, o CECLIMAR alicerçou os três pilares que fundamentam a Universidade, tendo desenvolvido cursos de graduação, realizado inúmeras pesquisas e colaborações científicas nacionais e internacionais, além de buscar o diálogo dos conhecimentos acadêmicos ao conhecimento local. É com este sentimento que o CECLIMAR pretende continuar difundindo saberes e culturas e contribuir para o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental da região.

Referências

- Base de Dados Tropicais (BDT, 2000). Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha. Disponível em: <<http://www.bdt.fat.org/workshop/costa>>. Acessado em: 23.08.08.
- BELTON, W. As aves do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.
- DI-BERNARDO, M.; BORGES-MARTINS, M. & OLIVEIRA, R. B. Répteis. In: FONTANA, C. S.; BENCKE, G. A. & REIS, R. E. (Org.). Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EDIPUC-RS, 2003.
- IBAMA. Mamíferos Aquáticos do Brasil: plano de ação. Versão 2, 2a ed. Brasília, 2001.
- MACHADO, A. B. M.; MARTINS, C. S. & DRUMMOND, G. M. Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção: incluindo as listas das espécies quase ameaçadas e deficientes de dados. In: Fundação Biodiversitas. Livro Vermelho de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção. Belo Horizonte, 2005.
- OTT, P. H.; SECCHI, E. R.; MORENO, I. B.; DANILEWICZ, D.; CRESPO, E. A.; BORDINO, P.; RAMOS, R.; Di BENEDITTO, A. P.; BERTOZZI, C.; BASTIDA, R.; ZANELATTO, R.; PEREZ, J. E. & KINAS, P. G. Report of the working group on fishery interactions. The Latin American Journal of Aquatic Manuals, 2002.
- OTT, P. H.; TAVARES, M.; OLIVEIRA, L. R. de; MORENO, I. B.; DANILEWICZ, D.; MARTINS, M. B.; MACHADO, R.; WICKERT, J. C. Mamíferos Marinhos do Litoral Gaúcho. In: N. L. WÜRDIG; S. M. F. Freitas. (Org.). Ecossistemas e Biodiversidade do Litoral Norte do RS. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2009.
- PINEDO, M. C.; ROSAS, F. C. W & MARMONTEL, M. Cetáceos e Pinípedes do Brasil: uma revisão dos registros e guia para identificação das espécies. Manaus: UNEP/FUA, 1992.
- SECCHI, E. R., OTT, P. H. & DANILEWICZ, D. S. Effects of fishing by-catch and conservation status of the franciscana dolphin, *Pontoporia blainvillei*. In: R. KIRKWOOD, N. GALES, M. Hindell And R. Jessop. (Org.). Marine mammals and humans: towards a sustainable balance. Collingwood, 2003.
- SICK, H. Ornitologia Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.
- TAVARES, M.; HILARIO, C. J. R.; OLIVEIRA, R. M. S.; FAUSTO, I. V.; SANTOS, D. C.; SOPRANA, P. C. Ocorrência de lobos-marinhos (*Arctocephalus* spp.) entre 1998 e 2009 e sua problemática coexistência com a população no litoral (norte e médio) do Rio Grande do Sul. In: 2º Simpósio de Biologia Marinha. Tramandaí/Imbé: Livro de Resumos do 2º Simpósio de Biologia Marinha, 2010.



Projeto “Bolsa Amarela”: a literatura como um caminho para a ampliação da cidadania

Márcia de Souza | UNOCHAPECÓ

Acadêmicas: Alâna Capitanio, Ana Cristina Pereira de Souza

A Literatura Infantil tem sido lugar pouco visitado pela crítica literária. Não se encontram razões para tal atitude, uma vez que é na infância que se tem as melhores oportunidades, o solo fértil para o futuro público leitor. Por este fator a produção literária para crianças deveria ser considerada tema relevante à investigação científica. Deseja-se um sistema literário, discutem-se as diferentes linguagens

das produções literárias, mas ignora-se o fato de que tão importante quanto o trabalho teórico é a sua comunicação. Para se discutir o presente é preciso lê-lo, senti-lo, o que só é possível quando nele imergimos.

Com essas preocupações em foco é que se iniciaram as atividades do projeto Bolsa Amarela, em abril de 2009, o qual está vinculado à Área de Ciências Humanas e Jurídicas e ao

Núcleo de extensão em Cultura da Unochapecó¹. O projeto conta com a participação de quatro bolsistas, três acadêmicas do curso de Letras e um acadêmico do curso de Matemática². Este Curso se integrou ao projeto, em julho de 2010, com ações do LUDOTECA - atividades lúdicas para aprendizagem em matemática, observando-se a efetivação de um dos objetivos do trabalho com a leitura em suas diferentes linguagens³.

As ações são resultado de uma parceria da Unochapecó com a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Xaxim - SC, atendendo aos propósitos do Plano de Desenvolvimento Institucional, quanto à necessidade de implementar projetos permanentes de extensão nos locais de abrangência da Universidade. O objetivo é atender a demanda colocada pelo município, ações de incentivo à leitura nas escolas, considerando-se os resultados obtidos, em 2008, nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação.

O projeto é realizado todas as sextas-feiras nos períodos matutino e vespertino, atendendo de modo permanente 350 alunos da educação básica dos anos iniciais da Escola Municipal Santa Terezinha, a qual disponibilizou uma sala específica para as atividades. Nesse espaço, montamos um ambiente propício para receber as

crianças, muito colorido e com vários livros. Hoje, conta-se com acervo de aproximadamente 550 obras.

As crianças envolvidas no projeto Bolsa Amarela integram famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica que apresentam índices de precarização das condições de trabalho, com baixas remunerações salariais. Na sua maioria, são participantes dos programas assistenciais do Governo Federal⁴. De acordo com informações do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Santa Terezinha:

A maioria dos pais trabalha como cortadores de erva, diaristas, carregamento de frango, bóias-frias, operários, serventes de pedreiros, donas de casa, entre outros, além disso, muitos estão desempregados, e, alguns ainda, recebem auxílio saúde e são aposentados. [...] Alguns alunos trabalham para o sustento familiar, seja no corte da erva, carregamento de frangos, como coletores de papelão, na colheita, quase sempre no período noturno, o que acarreta em dificuldades para a aprendizagem, bem como muitos fazem uso de substâncias químicas lícitas e ilícitas.

Em 2012, 15 turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, com média de 25 alunos, participam das ações de leitura, as quais são organizadas por meio de calendário sugerido pela direção da escola. A partir do cronograma, preparam-se as atividades: seleção de obras, temas a serem

1. O nome Bolsa Amarela surgiu a partir de um trabalho desenvolvido com a obra de Lygia Bojunga Nunes, e foi uma escolha das crianças para identificar a sala de realização das atividades. O livro, dirigido para um público infanto-juvenil, é um dos mais premiados e populares do país. A autora conta a inteligente e divertida história de Raquel, uma menina que presta muita atenção a tudo que passa a seu redor e busca a realização de seus sonhos.

2. Alâna Capitanio, Jéssica Coutinho (fez parte da equipe até 2011), Ana Cristina Pereira de Souza, do Curso de Letras e Cristian Junior Darif, do Curso de Matemática.

3. O projeto LUDOTECA é coordenado pelas professoras Cláudia Maria Grando e Rosemari Ferrari Andreis, está vinculado à Área de Ciências Exatas e ambientais da Unochapecó.

trabalhados e faz-se o planejamento para todas as turmas, respeitando-se as diferentes habilidades. A cada sexta-feira, atendem-se quatro turmas, e a média para o retorno da mesma equipe de alunos à sala de leitura do Bolsa Amarela é de trinta dias. A cada encontro uma nova obra, uma nova história, brincadeiras, jogos, novas leituras que compartilham as diferentes linguagens ligadas à variedade de manifestações contextuais.

Os professores, responsáveis pelas turmas, acompanham as atividades e são os responsáveis por fortalecer as estratégias de leitura no cotidiano. A experiência na sala de leitura faz com que os profissionais continuem algumas atividades em sala de aula. As histórias prosseguem em outro contexto, agora no espaço formal, havendo com isso o avanço na construção do conhecimento interdisciplinar decorrentes de ações de leitura.

As atividades potencializadas no projeto incentivam a formação de leitores na região de Chapecó, geram subsídios técnicos e científicos para o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à leitura, ao mesmo tempo em que estimulam a constituição de novos programas/projetos. Desse modo, desenvolvem-se ações afirmativas que minimizam a exclusão social, proporcionam acesso a bens culturais e colaboram para a constituição do futuro público leitor.

Materiais e métodos: a literatura nos anos iniciais

Um livro de Literatura Infantil é, antes de mais nada, uma obra literária. Nem se deveria consentir que as crianças frequentassem obras insignificantes, para não perderem tempo e prejudicarem seu gosto. (MEIRELES, 1984, p.111).

A contação de histórias é utilizada como estratégia e ferramenta de apoio para o cumprimento de uma política de incentivo à leitura e produção textual. As atividades são planejadas pelos bolsistas juntamente com a coordenação do projeto e professores da escola, tendo como princípio a leitura e elaboração de conhecimentos para as crianças, professores e acadêmicos envolvidos. Por meio da atividade específica de leitura “hora da leitura” - mecanismo previsto na Lei Federal nº 10.753, de 31 de outubro de 2003 –, estimula-se a leitura, com atividades que apresentam novas formas de observação e manuseio do livro, discussões, interpretações, oficinas de produção de diferentes tipologias textuais, recreações e brincadeiras.

A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola. (COELHO, 2000, p.58).

As atividades levam em consideração os princípios da metodologia participativa. Por meio da literatura torna-se possível a relação do conhecimento científico com a realidade social das

4. O termo vulnerabilidade descreve melhor a realidade dos mercados de trabalho e da sociedade dos países latino americanos, conseguindo apreender o dinamismo do processo de desigualdade de forma mais ampla. (Garcia, 2006)



crianças, estimulando-as à participação, à intervenção e à produção de conhecimentos em sala de aula e fora dela, em comunidade. Por outro lado, é possível relacionar ensino, pesquisa e extensão, uma vez que o projeto é resultado de pesquisa acadêmica e também se efetiva como uma possibilidade de formação aos acadêmicos que dialogam com os conteúdos trabalhados na aula universitária, nos diferentes componentes curriculares.

Compreender a realidade de uma instituição escolar, as questões pedagógicas e políticas que dela emergem, deve ser considerado princípio na formação de futuros educadores. As horas de estágio oferecidas nos cursos de licenciaturas nem sempre são o suficiente para garantir que o acadêmico perceba a instituição escolar em suas complexidades. A extensão universitária tem sido um espaço para viabilizar essa oportunidade de aprimoramento profissional e acadêmico.

A literatura oferece uma nova concepção de leitor, de texto aberto a múltiplas leituras, questionamentos, reflexões, tornando-se aliada à formação de leitores, que deve ser assinalada pela vivência de leituras significativas, pela troca de experiências, pela criação de atividades que desenvolvam diferentes linguagens e, sobretudo, pela escrita de textos produzidos nas diferentes representações que as linguagens podem assumir. Nessa diversidade de experiências surgem alternativas variadas para a formulação e reformulação desse projeto de leitura que não aceita, portanto, modelo ou proposta única para a dinamização do ato de ler e de ser leitor.

[...] os livros que têm resistido ao tempo, seja na Literatura Infantil, seja na Literatura Geral [...] os que possuem uma essência de verdade capaz de satisfazer à inquietação humana, por mais que os séculos passem. São também os que possuem qualidades de estilo irresistíveis cativando o leitor da primeira



à última página, ainda quando nada lhe transmita de urgente ou essencial. (MEIRELES, 1984, p.117).

A leitura e a escrita perpassam todas as áreas do conhecimento, tornando-se o instrumento metodológico para o desenvolvimento de todas as ações pedagógicas. Desse modo, o Bolsa Amarela promove a reflexão e a discussão sobre leitura e escrita, atuando em diferentes frentes: formação de leitores; formação continuada do professor; dinamização da leitura e da escrita; interação com novas tecnologias de apoio à formação de leitores; articulação com as políticas públicas de incentivo à leitura, bem como a articulação com o projeto de extensão LUDOTECA.

A inserção das ações do projeto LUDOTECA no Bolsa Amarela ocorreram no mês de julho de 2010, mas havia, desde o início das discussões dos objetivos do projeto, a intenção de

envolver outros projetos de extensão para que se pudesse considerar a leitura em um contexto de interação com as diferentes linguagens.

O trabalho de articulação da matemática com a literatura é feito no sentido de desmistificar a ideia construída nas escolas de que a criança que gosta de leitura e de literatura não gosta de matemática, mas, pelo contrário, são áreas que desafiam a capacidade de abstração das crianças. Assim, as atividades promovem a interdisciplinaridade, buscando a articulação entre os processos de aprendizagem, a cultura local e a vida cotidiana, além da integração com a comunidade.

Perspectivas do “Bolsa Amarela” na extensão universitária

Desde a sua implantação o projeto priorizou o atendimento à Escola Municipal Santa Terezinha, mas considerando as demandas apresentadas,

deve ampliar o atendimento para outras escolas de Xaxim e da região. Em 2012, tem-se a pretensão de trabalhar com as famílias das crianças. A intenção é fortalecer o projeto envolvendo as famílias do Bairro Santa Terezinha, local que abriga um campus da Unochapecó.

A avaliação prevê o acompanhamento da Secretaria de Educação e Cultura de Xaxim, da Diretoria de Extensão da Universidade, dos profissionais envolvidos no projeto e da comunidade escolar. Em 2010, em entrevista realizada pela TV Universitária a professora Lucélia Nardi dos Santos, diretora da escola, fez a seguinte observação:

Nesse espaço onde as crianças frequentam mensalmente, com profissionais dedicados especificamente ao trabalho da leitura, a gente já está vendo resultado. As crianças estão muito mais motivadas na questão da leitura, elas vêm até a Biblioteca da escola que antes era pouquíssimo utilizada. Elas buscam novos livros, justamente por causa desse trabalho, por essa motivação que as crianças estão tendo lá na sala de leitura, onde se realiza o projeto Bolsa Amarela: cidadania e formação de leitores. (SANTOS, 2010).

A direção da escola menciona o fato de, na atualidade, a biblioteca ser um lugar de busca constante das crianças, o que não era percebido antes das atividades da Bolsa Amarela. Isso vem ao encontro das informações repassadas pelas professoras, que observam um novo comportamento das crianças em sala de aula, e a espera ansiosa pelo momento de participar das atividades do projeto. Os professores que

acompanham as atividades sentem-se parte do projeto, sugerem melhorias e adequações, interagindo com as ações de leitura e produção.

O retorno do trabalho desenvolvido com as crianças da Escola Santa Terezinha pode ser avaliado à medida que a equipe de profissionais envolvidos percebe um novo comportamento das crianças diante dos livros e da leitura. Agora a leitura passou a fazer parte do cotidiano das crianças. Elas passaram a demonstrar interesse em ler, tocar os livros, contar as histórias lidas ou ouvidas, reescrevê-las, desenhá-las. Chegar à sala de leitura para simplesmente ler. Os verdadeiros livros infantis são aqueles que “[...] na sombra de uma prateleira, uma criança livremente descobriu, pelo qual se encantou e, sem figuras, sem extravagâncias, esqueceu as horas, os companheiros, a merenda [...]” (MEIRELES, 1984, p. 31). São essas as histórias que devem fazer parte da infância como forma de alimento para a imaginação.

O retorno dessas atividades para a comunidade acadêmica, no campo pedagógico, dá-se na construção da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa. Isso aliado aos princípios pedagógicos institucionais: o ensino, como socialização do conhecimento (aprendizado); a pesquisa, na produção do conhecimento (investigação); e a extensão, com a relevância política do conhecimento (Ética). As atividades de intervenção que visam as produções humanas e sociais, no caso em questão, podem assegurar o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. O direito à cidadania também tem na leitura um princípio básico.

Deve-se considerar que o desafio para a extensão, na atualidade, é a superação de olhares e práticas que a conceberam historicamente de modo assistencialista e/ou mercadológico, devendo-se efetivar, junto ao ensino e à pesquisa, como função da universidade. Para além de prestar serviços às classes populares ou instituir-se como lugar de venda de serviços, a extensão deve ser o lócus de formação humana e social, observando-se ainda a relevância política e ética da sua realização, independentemente da área de conhecimento em que se desenvolve.

Articulada com a missão, visão e princípios das universidades públicas, a extensão garante mudanças significativas na qualidade de vida da população, justamente por ser o meio que assegura a prática de ações com a comunidade interna e externa. Digam-se ações com a participação da comunidade, o que implica pensar projetos sociais de extensão que considerem os desejos dessa comunidade e que estejam em sintonia com o ensino e a pesquisa, e com as orientações institucionais coletivamente construídas.

Silva e Frantz (2002) destacam, que:

[...] pela extensão [...] a universidade torna-se presente na sociedade, onde ela aprende e ensina; uma rede estendida de produção de conhecimentos; um olhar da ciência para a sociedade e da sociedade sobre a ciência; é uma expressão acadêmica sobre a cultura, os sonhos, a cidadania do povo, o desenvolvimento das comunidades próximas. (SILVA; FRANTZ, 2002, p.171)

Na área de Letras e, neste caso, também da Matemática, a extensão universitária, articulada aos objetivos das disciplinas deve se integrar ao currículo dos cursos. Os resultados das pesquisas devem ser consolidados em projetos permanentes de extensão, ao mesmo tempo em que oferecem à comunidade acadêmica espaços de formação e de inserção profissional. Em 2011, o Bolsa Amarela recebeu a terceira colocação no Prêmio Cidadania Sem Fronteiras, edição nacional, organizado pelo Instituto da Cidadania Brasil em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. A intenção desta premiação é reconhecer e criar referências das principais ações ou práticas sociais desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior. As atividades de extensão devem colaborar para melhorar a qualidade de vida das comunidades e contribuir para a geração de emprego e renda.

Referências

- CHARTIER, Anne-Marie. A importância da escola na formação do leitor. Disponível em http://www.redebrasil.tv.br/salto/entrevistas/am_chartier.htm. Acesso em abril de 2011.
- COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MEIRELES, Cecília. Problemas da Literatura Infantil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SANTOS, Lucélia Nardi. Entrevista concedida à TV Universitária. Chapecó, out. 2010.
- SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- UNOCHAPECÓ. Plano de Desenvolvimento da Extensão. Chapecó: Unochapecó, 2007.



“Barômetro – Ciência, café e debate” – design de um dispositivo pedagógico

Cláudia França Prieto | Faculdade de Educação - UFMG
Sílvia Sousa do Nascimento | Faculdade de Educação - UFMG

Este artigo apresenta procedimentos do processo de concepção e produção do Projeto “Barômetro – Ciência, café e debate”, que se caracteriza como um Café Científico proposto pela Diretoria de Divulgação Científica da UFMG, em parceria com o Centro Cultural UFMG e a Rádio 104,5 - UFMG Educativa. Foram realizados 8 eventos mensais no ano de 2011, nos quais foram discutidos temas diversos relativos à ciência e sua

relação com a comunidade científica e a sociedade civil.

A história recente dos Cafés Científicos os caracteriza como espaços não acadêmicos nos quais cientistas e demais cidadãos se encontram para discutir as novidades científicas. Criados na França, eles se espalharam mundo afora e assumiram nomenclaturas e configurações diferenciadas. Porém, um aspecto se manteve como um eixo comum ou,

um modelo padrão: para se fazer um Café Científico é necessário um lugar fora do ambiente acadêmico, contar com a presença de um ou mais cientistas, um animador, uma audiência e um tema.

Os debates chegaram aos bares, restaurantes, parques, museus, geralmente mediados por jornalistas científicos ou cientistas com habilidades para se comunicar com o público. Identidades visuais foram criadas e os sítios disponíveis na internet se encarregaram, ao longo dessa trajetória, de guardar os registros dos encontros.

O modelo padrão, em sua essência, sofreu poucas alterações nos diferentes países que acolheram essa ideia. Este texto apresenta o processo de concepção de um Café Científico na UFMG que, embora tenha se guiado pelas regras vigentes, incorporou em sua estrutura novos elementos.

A concepção do projeto foi fruto tanto de ações de ordem organizacional quanto de estudos e pesquisa sobre o assunto. Um estudo mais detalhado sobre esses eventos foi realizado através de uma pesquisa documental nos diversos sítios disponíveis na internet. Esse estudo trouxe a constatação a respeito da grande quantidade de eventos em uma dimensão mundial, ao mesmo tempo em que revelou a incipiência de pesquisas sobre os mesmos e os encaminhamentos dos debates promovidos. A ausência de material de pesquisa respaldado por estudos teóricos e procedimentos de análise fez com que a equipe de concepção do “Barômetro” buscasse seus próprios referenciais. Portanto, será

sob a ótica de Bernstein (1993), e suas concepções sobre dispositivos pedagógicos e os pressupostos do Design Instrucional que o projeto será apresentado ao longo do texto.

Desenvolvimento do “Barômetro”

A realização desse evento serviu a interesses distintos, porém interligados entre si. Primeiro, foi uma experiência pioneira de concepção de um espaço que proporcionou encontros inusitados entre ciência e sociedade. Segundo, o mesmo espaço serviu como objeto de pesquisa que teve como objetivo entender as perspectivas desse encontro. Terceiro, a parceria com a rádio institucional proporcionou um espaço de treinamento para os alunos do Curso de Comunicação Social da universidade, responsáveis, a partir de então, pela condução e mediação dos debates.

O projeto se transformou, de um típico evento de Café Científico, em um programa de rádio transmitido em tempo real. Esse fato, não apenas conferiu novo formato ao modelo inicial, como trouxe para a mediação novos elementos. A presença dos alunos na condução do processo de interação entre debatedores e público foi fundamental para garantir a participação equilibrada dos três pilares do programa: representantes da comunidade científica, representantes da sociedade civil e público. Dentro dos parâmetros de um veículo de comunicação de massa não cabe a participação desigual das partes.

Paralelo ao desenvolvimento do desenho do projeto, outro procedimento importante começou a tomar



corpo: a construção de sua identidade. Vários foram os aspectos considerados nessa etapa, pela proposição de três perspectivas: a identidade visual, a identidade temporal e a identidade textual. Em primeiro lugar, veio a proposição de sua identidade visual através da criação de uma logomarca que unisse o título do projeto com o objeto símbolo que o nomeia, ou seja, a xícara de café. Os eventos ocorreram na última quinta-feira de cada mês, no ano de 2011, e essa foi a demarcação temporal criada para fortalecer a identidade do evento. Esse mesmo procedimento acontece nos demais Cafés Científicos mundo afora. A elaboração dos textos do material de divulgação foi outro fator de extrema importância e mereceu, da parte da produção, uma atenção especial. O elemento norteador do processo teve origem na leitura do material levantado pela pesquisa documental, onde foi possível fazer uma revisão de diversos textos sobre cafés científicos

pelo mundo. A maioria dos textos de divulgação dos eventos dos cafés se apresentavam a partir de perguntas provocativas, instigantes e até mesmo irônicas. Seguindo esse mesmo critério, os textos do Projeto “Barômetro” foram criados com uma pergunta principal, abrangente e seguida de perguntas menores, um pouco mais específicas. Os questionamentos, além de provocadores, foram elaborados com o uso da controvérsia. Os enunciados, termos e expressões típicos do discurso da Ciência foram utilizados como elemento confrontador aos temas debatidos. A provocação ficou por conta da desconstrução dos discursos de ambas as áreas e pela elaboração de enunciados inesperados e questionadores.

Dois elementos inovadores no nosso Café Científico

A Esfera Semântica

A Esfera Semântica (ES) foi um mecanismo de mediação e interação que contribuiu não somente para criar um dos elementos diferenciais de todo o processo, também colaborou para o debate, perguntas interessantes e instigantes. A ES é um software, especialmente desenvolvido para o projeto, e foi apresentado para o público na forma de uma grande esfera, projetada na sala de debate e que continha palavras do campo semântico da ciência e dos temas debatidos. A cada mês as palavras da ciência se mantinham e novas palavras, relacionadas aos temas debatidos, eram inseridas. O público pôde interagir através de tablets que circularam durante os eventos. Dois dedos bastavam para movimentá-lo e um menu de possibilidades ofertadas pelas palavras se abria para estimular a elaboração das perguntas.

A transmissão em tempo real

A transmissão em tempo real exigiu a elaboração de um roteiro que reunisse repórteres da rádio, debatedores e músicos e criasse uma dinâmica que privilegiasse a participação de todos de forma equilibrada. As transmissões aconteceram dentro do roteiro previsto embora algumas vezes os momentos destinados às perguntas tenham aumentado ou diminuído. A flexibilidade foi um dos pontos mais positivos do roteiro. A presença de apresentações musicais conferiu um toque especial às noites de debate.

Dos dispositivos pedagógicos ao design instrucional – o projeto e suas demarcações conceituais

O ponto de partida de Bernstein (1993), para explicar sua concepção de dispositivo pedagógico, se refere as diferentes perspectivas que geralmente são adotadas em relação à forma de comunicação extremamente especializada que acontece nas escolas ou nas universidades. As pessoas falam de forma especializada no meio da comunicação, que ele chama de “discurso pedagógico”, como se esse discurso sempre fora um dispositivo de transmissão de alguma outra coisa. Desse modo, o discurso pedagógico nas escolas é transmissor das relações de poder que acontecem fora da escola, de modelos de relações entre o dominante e o dominado.

Bernstein (1993) relata que essas formas de análise chamaram sua atenção como se o transmissor em si não tivesse mensagem, como se o dispositivo de transmissão fosse cego e somente um meio, através

do qual os outros meios pudessem falar, embora o transmissor em si não tivesse voz. Quanto mais se lê sobre educação, sempre se lerá acerca do que é transmitido, da educação como um instrumento de aquisição ineficiente ou se lerá sobre um instrumento de transmissão como um meio pelo qual se pode transmitir um “pacote” portador de uma didática. É como se o transmissor em si carecesse de uma lógica interna, de uma estrutura interna. E esse é o foco da análise de Bernstein (1993), a lógica interna do discurso pedagógico.

Ele propõe três regras que constituem o que ele denominou “dispositivo pedagógico”, fundamental para a produção, reprodução e transformação da cultura. Esse dispositivo possui uma estrutura interna que consiste, conforme mencionado anteriormente, de três conjuntos de regras – distributivas, de recontextualização e avaliativas – que se encontram em relação hierárquica umas sobre as outras. Assim, a regra distributiva é a primeira, da qual se derivam a segunda e a terceira. Essas três regras constituem a lógica interna de qualquer dispositivo pedagógico, seja ele formal ou informal.

A regra distributiva, literalmente, distribui diferentes formas de consciência para diferentes grupos. A segunda regra, de recontextualização, regula a constituição de um discurso pedagógico específico e a regra avaliativa constitui a prática pedagógica. A primeira regra distribui a consciência para diferentes grupos, a segunda, o discurso pedagógico e a terceira, a prática.

Os Cafés Científicos e suas diferentes configurações ao redor do mundo em torno da mesma proposta – a concepção de ambientes descontraídos para aproximar a comunidade científica e a sociedade civil e levar o conhecimento produzido dentro da esfera da ciência para os cidadãos que se encontram fora dela, podem assumir a configuração de um dispositivo pedagógico. Os contextos dos cafés se constituem como espaços de produção de conhecimento que dão voz e valorizam as especificidades dos diferentes saberes, facilitam as trocas culturais e permitem a participação efetiva dos diferentes agentes sociais em um processo de construção, produção e circulação de saberes (Leite e Pacheco, 2008).

O termo Instructional Design ou Design Instrucional (DI) se refere ao processo sistemático e reflexivo de tradução de processos de aprendizagem e instrução em planos para materiais instrucionais, atividades, recursos de informação e avaliação. Segundo Smith e Ragan (2004), um designer instrucional é como um engenheiro, ou seja, ambos tentam buscar soluções não apenas funcionais, mas que sejam também atrativas para seus públicos alvos. Nesse sentido, eles prescrevem especificações, planos e soluções, embora não as traduzam no produto em si.

O planejamento sistemático é importante, não importa qual seja a mídia de instrução utilizada para a implantação. Quando o principal mediador da instrução é um professor, um educador, ou quando esse professor/educador assume a função de

coordenador da instrução a qualidade do DI é automaticamente beneficiada. O planejamento sistemático anterior ao processo de implantação e a reflexão do que pode acontecer depois, são informados, orientados e organizados pelos princípios e processos do DI. Um planejamento cuidadoso permite que adaptações sejam feitas durante a instrução com base em experiências anteriores dos instruídos, assim como problemas de motivação, comportamento ou de ordem administrativa ou mesmo eventos casuais que requerem planejamento local.

A concepção do Projeto “Barômetro – Ciência, café e debate” percorreu uma trajetória que possibilitou a criação de um espaço onde representantes da comunidade científica e representantes da sociedade civil puderam se encontrar para discutir sobre ciência, assim como demonstrou que esse encontro pode se dar de forma criativa e inusitada. A análise mais detalhada desses encontros não cabe aqui neste momento por que o foco se constituiu de um apanhado geral de sua concepção. O que se quis chamar a atenção foi a relação entre questões de ordem prática e questões de ordem conceitual e como essas questões contribuíram para a construção de seu ambiente e para a tomada de ações que realmente buscassem soluções inovadoras. Foi uma tentativa de estreitar laços entre esferas da sociedade que aparentemente não dialogam entre si. Por último, é importante ressaltar o dinamismo e a flexibilidade metodológica dos Cafés Científicos, o que torna possível encontros e inovações.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIAS. Informações gerais. Disponível em: <<http://www.abcmc.org.br/publicue1/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 06/08/2010.
- BERNSTEIN, Basil. El dispositivo pedagógico, reglas constitutivas. Madri, Morata, 1993. Disponível em: <http://www.uneduc.cl/educacion/6667_bernstein.pdf> Acesso em: 11 mai. 2011.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Percepção pública da ciência e tecnologia. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.uefs.br/antares/docs/mct.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2010.
- CAFE scientifique, British Council, Reino Unido. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/science-cafesci.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2010.
- CAFE scientifique, Lyon, França. Disponível em: <<http://www.cafescientifique.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2010.
- CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH. Cafe scientifique, Canadá. Disponível em: <<http://www.cihr-irsc.gc.ca/e/3495.1.html>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- DANVINA, Gilmore-Stewart. Café scientifique, Manchester: Seasonig a meal with science. Manchester, Reino Unido, 2004. Disponível em: <http://www.pcst2004.org/esp/pdf/Parallel_Session_21.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2010.
- INSTITUTE DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPMENT. Site Café científico, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.ird.fr/spip.php?article4356>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- LEITE, C.; PACHECO, N. Os dispositivos pedagógicos na educação inter/multicultural. InterMeio. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. Campo Grande - MS, v. 14, n. 27, p. 102-111, jan.-jun./2008. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/publs/actas/CL_NP_SPCE2.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2011.
- LE MAREC, J. Débats, diversité et développement durable: le café scientifique Junior dans l'enseignement DD dans diversescultures - Cluster "Enjeux et representations de la science, de la technologie et de leurs usages. Université Lyon 2, Lyon, França, 2009. Projeto de pesquisa do grupo Interactions, Corpus, Apprentissages, Représentations (ICAR).
- MONTEIRO, M. G. M. F. O cientista, a imprensa e a comunicação pública da ciência. UNlrevista. v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNlrev_FMonteiro.PDF>. Acesso em: 19 abr. 2011.
- MUSEU da vida. Fiocruz. Site Chopp Científico. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/chopp/>>. Acesso em: 07/08/2010.
- NOHARA, K. et al. Overseas internships as vehicle for developing a meta-level awareness regarding science communication. Journal of Science Communication. International School for Advanced Studies, v. 7, n. 1, p. 1-12,, Mar. 2008.
- OLVERA, C. C. J.; CHÁVEZ, V. C. Una alternativa para divulgar la ciencia: el café científico. REUNIÓN DE LA RED DE POPULARIZACIÓN DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGIA EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, X. (RED POP - UNESCO) y IV Taller "Ciencia, Comunicación y Sociedad". San José, Costa Rica, 9 al 11 mayo 2007. 7 p.
- POLEGAR opositor, blog de divulgação científica, Brasil. Disponível em: <<http://polegaropo.sitor.com.br/?s=chopp+cient%C3%ADfico>>. Acesso em: 07 ago. 2010.
- SCIENCE in the pub, Austrália. Disponível em: <<http://www.scienceinthepub.com/>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- SCIENCE pub Portland, Oregon Museum of Science and Industry, Portland, Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.osmi.edu/sciencepub>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- SMITH, P. L.; RAGAN, T. J. Instructional design. Wiley/Josey Bass Education/ University of Oklahoma: Oklahoma, Estados Unidos, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Blog Café científico. Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://cafecientificossa.blogspot.com/>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Site Café científico. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/cafe-sci/Cafe.html>>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- VENTURA, P. C. S. Memória e história de técnicas e tecnologias contadas nos espaços museográficos do CEFET-MG, em cafés de ciência e tecnologia. Belo Horizonte, 2008. Projeto de pesquisa financiado pela FAPEMIG.



A extensão contribuindo para o empoderamento das escolas públicas de Belém: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil

Acadêmico: Fernando Teixeira da Silva¹

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que fere a Constituição Federal e deve ser punida de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. As pessoas que estão à frente da Garantia de Direitos devem primar pela articulação de redes

de enfrentamento a violência sexual, para que de forma efetiva e comprometida, as instituições governamentais e não governamentais dialoguem e executem medidas que possam primar pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes e não revitimizá-los como é feito constantemente.

1. Bolsista no projeto de extensão "Empoderando as escolas públicas de Belém para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil", sob orientação do professor Genyilton Odilon Rêgo da Rocha, do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Pará.

O projeto de extensão da Universidade Federal do Pará - UFPA, campus Belém, vem responder a este problema e articular soluções junto as escolas e respectivas comunidades. Nesse sentido, a UFPA, através do Instituto de Ciências da Educação aprovou, em 2010, o respectivo projeto que está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão. O Grupo vem discutindo há muito tempo a questão da violência sexual infanto-juvenil, e buscando o diálogo com as escolas públicas para a criação de metodologias e ações concretas. Primeiramente, ele investiga como estas instituições vêm atuando neste enfrentamento e, no período de 2012, tem criado ações pedagógicas de enfrentamento a violência sexual.

Na atualidade se fala e se ouve muito sobre a problemática da violência sexual, em muitas situações seu significado e conceito acabam sendo deturpados pela mídia e até mesmo profissionais que não possuem um entendimento elaborado acerca da temática. Segundo o Guia Escolar (2004), conceitualmente a violência sexual pode ser observada sob as formas de: abuso sexual, exploração sexual e tráfico para fins sexuais.

O abuso sexual é o ato de uma pessoa envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais. Não se restringe apenas ao estupro, inclui também atos libidinosos e manipulação emocional. A exploração sexual se caracteriza pelo ato de comprometer ou oferecer os serviços de uma criança ou adolescente como objeto sexual, nesta categoria inclui-se a utilização sexual de crianças e adolescentes, para tráfico com fins comerciais e de lucro.

Por outro lado, a cartilha elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT- 2006), a violência sexual é um fenômeno que envolve qualquer situação de jogo, ato ou ralação sexual, homo ou heterossexual envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança ou adolescente. Ela se expressa por meio da exploração e/ ou abuso sexual.

Nesse sentido, segundo a perspectiva apontada por Michaud (1989:10), o conceito de violência é definido como sendo:

[...] Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais.

Além da análise em relação a esta definição da violência, existe também algumas interpretações sobre o tema. Segundo Minayo (1994), a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a compreensão desta leva a análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais.

Santos (2002), por sua vez, define a violência como um dispositivo de poder, composto por diversas linhas de realização, que utiliza a força e a coerção causando um prejuízo social. Entendemos que a violência sexual é uma questão maior, relacionada com diferentes visões de cada uma das ciências, que perpassam o discurso do significado da violência. Delimitando esse

questionamento sobre a violência sexual entendida pela relação de poder desigual, geralmente por pessoas muito próximas, que podem ser ou não da mesma família, e que se aproveitam dessa relação de poder e confiança para satisfazer seus desejos sexuais, o que pode ocorrer com ou sem violência física, embora a violência psicológica esteja sempre presente.

A exploração sexual acontece quando meninos e meninas são induzidos a manter relações sexuais com adultos e adolescentes mais velhos, quando são utilizados para a produção de material pornográfico ou levados para outros lugares com propósitos sexuais. São situações em que as crianças e os adolescentes são tratados como objetos sexuais ou mercadorias, que, em muitos casos, são equivalentes ao trabalho forçado que constituem formas contemporâneas de escravidão.

A expressão tráfico de crianças e adolescentes com fins sexuais e comerciais compreende as seguintes modalidades: prostituição e pornografia infantil, tráfico para comércio sexual e turismo sexual infantil. O tráfico de pessoas compreende o deslocamento para outras cidades, estados e países, em que a finalidade é obter lucro com a utilização da prática sexual comercial das vítimas.

A violência sexual é um fenômeno multifacetado de causas variáveis que acontece em alguns casos dentro das famílias sob o silêncio e sofrimento, deixando muitas vezes marcas profundas para o resto da vida da vítima, quando esta não tem um acompanhamento integrado de profissionais capacitados, principalmente psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, comprometendo o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Para finalizar esta apresentação, segundo Faleiros (2000), um dos principais obstáculos ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é a ocultação e o silêncio que encobre o fenômeno, principalmente no âmbito familiar. Toda a sociedade deve estar preparada para o seu combate, conhecimento e pesquisa, além do envolvimento de diversos atores sociais são fundamentais para o enfrentamento da violência. Nesse sentido, a ação extensionista das universidades e a articulação multiprofissional, deve reforçar o envolvimento de todos os cursos e a formação dos futuros profissionais.

O projeto de extensão

No processo de enfrentamento da triste realidade que é a violência sexual de crianças e adolescentes é fundamental o papel da escola, porém precisamos que ocorra uma ação qualificada. Os sujeitos que compõem a comunidade escolar precisam ser empoderados de informações, legislação e políticas públicas que vêm sendo gerados em diferentes espaços.

É neste contexto que a ação extensionista promovida pela Universidade Federal do Pará ganha mais significância. Ela foi pensada como via de mão dupla que busca travar o diálogo com os sujeitos de comunidades de escolas públicas localizadas nos bairros do Distrito do Guamá, município de Belém. O objetivo é investigar como estas instituições vem atuando para enfrentar o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, bem como promover cursos, eventos e produção acadêmica que possibilitem uma intervenção mais qualificada nesta realidade.

As ações foram pensadas de forma coletiva com as escolas vinculadas ao projeto e, neste terceiro ano de execução, vem buscando articular outras áreas do conhecimento, como: Enfermagem, Direito, Psicologia e Serviço Social, através da articulação de projetos comuns e a formação de grupos de estudos em torno da temática. Buscamos fortalecer a integração e a articulação das escolas públicas localizadas no bairro do Guamá, criando uma rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A ideia é que as comunidades escolares ampliem seus conhecimentos acerca do quadro atual do abuso, exploração sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual comercial no Estado. Também buscamos levantar dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no distrito do Guamá.

Nesse sentido, são ministradas oficinas temáticas sobre violência sexual para as comunidades das escolas públicas, e é elaborado um mapa temático com a localização dos casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes. Também elaboramos mapas com os principais equipamentos públicos voltados para a prevenção, defesa, responsabilização e atendimento dos casos de violência. Durante a realização do projeto de extensão foram alcançados os seguintes resultados:

1. Elaboração de material pedagógico e divulgação de dois seminários temáticos.
2. Sistematização de dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, levantados nos jornais locais (Diário do Pará e O Liberal).
3. Levantamento de dados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDAC).

4. Elaboração de artigos para publicação em eventos (Jornada de Extensão – UFPA; Congresso Norte e Nordeste de Psicologia - Salvador; 31º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia - João Pessoa; V Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Porto Alegre).
5. Participação nas Comissões Organizadoras dos seminários do programa de extensão e Seminários sobre Tráfico de Pessoas da CNBB.
6. Realização de oficinas temáticas nas escolas de Belém.
7. Participação nas sessões de estudos programadas pelo programa de extensão.
8. Mobilização e organização do Curso de Aperfeiçoamento sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a ser realizado na UFPA.
9. Aplicação de Diagnóstico Rápido-Participativo nas escolas públicas localizadas no distrito do Guamá.

Metodologia

O projeto de extensão tem como foco de intervenção o desenvolvimento de ações voltadas para a sensibilização, mobilização, fortalecimento e formação de diferentes atores que integram a comunidade das escolas públicas estaduais localizadas no distrito do Guamá. Pretende-se, com isso, fomentar a participação das escolas na rede integrada para atuar nos diferentes eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O estímulo ao protagonismo juvenil se configura como mais uma das características e preocupações do projeto, visto que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, logo devem conduzir e protagonizar sua própria história com base na perspectiva de serem

multiplicadores na defesa dos seus próprios interesses e integridade física e psicológica.

O projeto vem realizando campanhas temáticas a fim de mobilizar e sensibilizar a sociedade para o enfrentamento da violência sexual, utilizando-se de materiais (folder, banner, cartaz, adesivos) a serem divulgados na mídia e nas formações realizadas. Não se pode deixar de enfatizar que o projeto visa a implementação de uma cultura de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente tendo como viés a promoção de uma educação em direitos humanos.

Os dados coletados nos levantamentos serão analisados e sistematizados, para elaborar relatórios e mapas temáticos, e produzir artigos para serem publicados em periódicos qualificados, assim como produzir comunicações ou pôsteres à serem apresentados em eventos científicos locais e/ou nacionais.

Pensar que as mobilizações e articulações políticas entorno da violência iniciaram apenas no século XX é muito assustador, por outro lado, nos

dá força para avançarmos no enfrentamento à esta questão. A educação é um mecanismo fundamental de mobilização e sensibilização, ao mesmo tempo em que a Universidade tem um papel importante na capacitação dos agentes envolvidos. Os projetos de pesquisa, extensão e ensino devem fortalecer esta discussão, contribuindo no processo de sensibilização, mobilização e ação na mudança da sociedade.

A violência sexual é assunto relevante e complexo na nossa sociedade que apenas caminha na efetivação dos direitos humanos. Pensarmos em mudança nesta temática ainda é muito utópico, mas não impossível. Para pensar em estratégias de enfrentamento à questão, necessitamos de formação e coragem de toda a sociedade, apesar do comprometimento como educador não conseguiremos atingir os objetivos se não trabalharmos de forma articulada. A extensão é um caminho que busca tornar efetivos os direitos de todos, nesse caso, o direito de uma sexualidade saudável, do respeito à vida e da proteção de todas as crianças e adolescentes de nosso país.

Referências

- FALEIROS, Eva T. Silveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Thesaurus, 2000.
- GUIA ESCOLAR: Métodos da identificação de sinais e abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.
- LÍRIO, Flávio Corsini de. (Org.). Como prevenir, identificar e combater o abuso e a exploração sexual e o tráfico com fins sexual e comercial de meninos, meninas e adolescentes; cartilhas para técnicos, gestores e educadores da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual. Brasília: OIT – Organização Internacional do Trabalho, 2006.
- MINAYO, M. C. A violência social sob a perspectiva da saúde. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1994.
- SANTOS, José V. dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: Ciência e cultura. São Paulo, v. 54 n. 1, p 22-24 jun. – set. 2002. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.bvs.com/scielo>. Acesso em 22.01.2012.



Cessação do tabagismo no contexto da “Campanha UFRGS livre da fumaça do tabaco”

Lisiane Bizarro | Psicologia - UFRGS

Ana Carolina Peuker | Psicologia - UFRGS

Fernanda Machado Lopes | Psicologia - UFRGS

Bruno Evaldt Rech | Acadêmico de Psicologia - UFRGS

A publicação “Indicadores de Saúde na UFRGS - um Guia para uma Melhor Qualidade de Vida” (Kaiser, Daudt, Brião e Hachmann, 2008), realizada em 2005, pelo “Programa Viva Mais”, vinculado ao Departamento de Atenção à Saúde – DAS, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas desta Universidade – PROGESP, em enquete sobre tabagismo ativo e passivo respondida pelos servidores

da administração central apontou que 26% eram fumantes, 17% ex-fumantes e 57% não fumantes. Cerca de 20% dos respondentes informaram que estavam expostos à fumaça do cigarro em casa ou no trabalho. Conhecendo esta realidade, no mês de setembro de 2010, foi implantada a ação “UFRGS Livre da Fumaça do Tabaco” no prédio da Reitoria e anexos. A campanha de divulgação foi feita pelo Clube de Criação Caixola, da Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação. Nesta ocasião, o Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociências e Comportamento – LPNeC, do Instituto de Psicologia, firmou uma parceria com o programa “Viva Mais”, oferecendo um Programa de Cessação do Tabagismo aos servidores desta Universidade. O objetivo deste artigo é relatar esta ação de extensão do LPNeC, e promover uma reflexão sobre a importância dos ambientes livres da fumaça do cigarro.

O ambiente livre da fumaça do tabaco

O tabagismo passivo é definido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como a inalação da fumaça de derivados do tabaco por indivíduos não-fumantes que convivem com fumantes em ambientes fechados. Este tipo de poluição ambiental torna-se muito grave em ambientes fechados já que a fumaça do tabaco possui mais de quatro mil substâncias tóxicas, sendo cerca de 50 cancerígenas. A concentração de alcatrão na fumaça de tabaco que polui os ambientes fechados chega a ser 5,3 vezes maior do que a fumaça que o fumante inala, a quantidade de nitrosamina NPYR (N-nitrosopirrolidina), importante elemento cancerígeno do tabaco, é 10 vezes maior nestes locais. A concentração de nicotina e monóxido de carbono, principais elementos da fumaça do tabaco que são tóxicos para o sistema cardiovascular, chega a ser respectivamente 21 vezes e 15 vezes maior na fumaça que polui os ambientes fechados do que na tragada pelo fumante. Como consequência, o tabagismo passivo é a 3ª maior causa de morte evitável no mundo, subsequente ao tabagismo ativo e ao consumo excessivo de álcool (INCA, 2012).

As recomendações da Organização Mundial da Saúde para proteger as pessoas dos efeitos prejudiciais da fumaça ambiental do tabaco são usadas para orientar a adoção de políticas e leis de proibição ao fumo pelos países, além de ajudar a aumentar a conscientização entre os governantes no mundo inteiro de que ambientes 100% livres da fumaça do tabaco são a única maneira comprovada de proteger adequadamente a saúde dos trabalhadores e da população. Nenhum mecanismo de ventilação ou filtragem, seja isoladamente ou em combinação, pode reduzir a exposição à fumaça do tabaco em ambiente fechado a níveis considerados aceitáveis, tanto em termos de odor, quanto em termos de efeitos sobre a saúde. Só ambientes 100% livres da fumaça do tabaco oferecem proteção eficaz, por isso esta é a principal recomendação da OMS. Além disso, a OMS recomenda que se coloque em vigor uma legislação (e que se controle o cumprimento da lei) que exija que todos os locais de trabalho e locais públicos fechados sejam ambientes 100% livres da fumaça do tabaco, e que se desenvolvam estratégias educativas para reduzir a exposição à fumaça ambiental do tabaco no lar.

O Projeto de Lei 315/08 que visa alterar a Lei Federal n.º 9.294/1996, hoje defasada em relação às recomendações da Organização Mundial da Saúde, tem como principais objetivos proibir totalmente o consumo de produtos derivados do tabaco em recintos fechados, públicos ou privados. Também determina que avisos sobre a proibição sejam fixados em locais de ampla visibilidade; seja atribuída multa aos responsáveis pelos

locais que permitam e tolerem o uso de produtos derivados do tabaco em suas dependências (em caso de reincidência, a penalidade pode chegar à interdição do local). Este Projeto de Lei tem sido questionado judicialmente, sob o argumento da inconstitucionalidade.

Por outro lado, a criação de legislação local que proíbe totalmente o fumo em ambientes fechados já apresenta resultados positivos no Brasil. Nesse sentido, 7 estados e 23 municípios já entenderam a importância da adoção de ambientes 100% livres da fumaça do tabaco e aprovaram legislações próprias, aperfeiçoando a Lei Federal 9.294/96 e implantando ambientes públicos e privados livres da poluição tabagística. Para tal, contaram com o apoio das secretarias estaduais e municipais de saúde além da população, promovendo assim, políticas públicas saudáveis (INCA, 2012). Dados de 2007 indicavam que o Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe, possuíam mais de 80% dos municípios com pessoal capacitado nas atividades de controle do tabagismo e mais de 3.700 municípios (68% de todos os municípios brasileiros) tinham pessoal treinado para a realização de campanhas, tarefas administrativas, bem como para implantar ações mais complexas, mais focalizadas em conteúdos e voltados para as escolas, ambientes de trabalho e unidades de saúde (Iglesias, Jha, Pinto, Silva e Godinho, 2007).

Com a adoção de medidas desta natureza, estados e municípios contribuem para a elevação da qualidade de vida da população brasileira e para redução dos custos decorrentes das doenças

crônicas tabaco-relacionadas que, apesar de altamente evitáveis, hoje sobrecarregam todo o sistema de saúde do país. O número de óbitos anuais (2.655), ocasionados pela exposição ao fumo passivo poderia ser evitado pela prevenção desta exposição. Diante disso, o que se percebe na prática é que em função dos prejuízos à saúde, em consequência tanto do fumo ativo como passivo, um número crescente de instituições tem implantado políticas de “Ambiente livre do fumo” (Iglesias et. al., 2007).

Uma imposição coercitiva por parte de quem implanta a política de ambiente livre do tabaco não é indicada, pois os fumantes necessitam de orientações e encorajamento para vencer o hábito de fumar por decisão própria (Santos, Goulart Júnior, Canêo, Lunardelli, & Carvalho, 2010). A dependência de tabaco é um transtorno comportamental que se deve à exposição crônica à nicotina, em um contexto individual e social complexo. O comportamento de fumar provoca uma variedade de efeitos e fenômenos que decorrem da interação de fatores farmacológicos, psicológicos e ambientais (Chiamulera, 2005; Piaseck, 2006). Por isso, o fumante necessita de apoio, aconselhamento, acompanhamento e tratamento psicológico, social e médico em alguns casos. Por ser uma doença multifatorial, a abordagem do dependente de nicotina requer a integração de aspectos biopsicossociais sem distinção de importância (Presman, Carneiro e Giglioti, 2005).

Embora não exista nenhuma intervenção-chave, sabe-se que o consenso atual sobre os programas de controle do tabaco é que as medidas mais eficazes são destinadas a diminuição

da demanda, que incluem: impostos mais altos sobre os cigarros, medidas para controle do consumo que independem do preço (informações aos consumidores, proibição da propaganda e promoção de cigarros, advertências e restrições sobre o fumo em locais públicos) e maior acesso aos programas de cessação (Iglesias et. al., 2007). Especificamente, o desenvolvimento de programas de cessação efetivos constitui um importante desafio, pois a redução da prevalência desta dependência não ocorrerá através de abordagens pouco elaboradas ou ações isoladas (Ferreira, 2002; Presman, Carneiro e Giglioti, 2005).

O programa de cessação do tabagismo (PCT)

O Programa de Cessação do Tabagismo – PCT, oferecido pelo LPNeC em parceria com o DAS, iniciou com a implantação do ambiente livre do fumo na Universidade, em 2010. O PCT foi oferecido em caráter de extensão, priorizou atender os

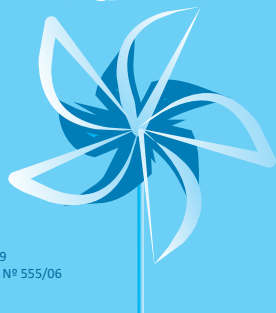
fumantes do prédio da Reitoria e anexos, mas depois foi ampliado para todos os prédios dos campi da UFRGS: Centro, Saúde e do Vale.

Os participantes procuraram o Programa após a divulgação através de cartazes, email, site de notícias na página da UFRGS e na Rádio da Universidade. Na divulgação havia uma breve descrição do programa e o telefone ou email pelo qual poderiam fazer a inscrição. Depois de inscritos, cada fumante passava por uma entrevista individual com a psicóloga coordenadora do programa na qual recebiam informações mais detalhadas sobre o que aconteceria em cada um dos quatro encontros do grupo. Nesta ocasião ainda respondiam um questionário sobre o seu hábito de fumar e tinham seu nível de monóxido de carbono expelido pelo ar avaliado, através desta medida era possível medir o nível de dependência de nicotina. Por último, eram convidados a participar de uma pesquisa, previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – UFRGS, sobre modificação do viés de atenção para estímulos ambientais associados ao cigarro e os que aceitavam (75% consentiram) agendavam horários para encontros individuais além dos horários dos grupos.

O Programa de Cessação do Tabagismo está em sua 10ª edição. No ano de 2010, foram oferecidos dois grupos, um no campus Centro e um no campus do Vale. Em 2011, foram realizados sete grupos oferecidos exclusivamente no campus Centro, a pedido dos inscritos. Cada grupo admite até 15 participantes, ocorre em frequência semanal, totalizando quatro encontros

UFRGS livre da fumaça do tabaco

aqui bons ares circulam



Lei Federal 9294/96
Lei Estadual 13.275/09
Lei Municipal Compl. Nº 555/06

mensais de 1h 30min de duração cada. O PCT foi coordenado por psicólogos Mestrandos ou Doutorandos da equipe do LPNeC, treinados para utilizar técnicas e estratégias cognitivas e comportamentais que auxiliam a parar de fumar, alinhados às práticas recomendadas pelo INCA. Nestes dois anos, o Programa teve 89 participantes, em sua maioria mulheres (60%), com nível moderado de dependência de nicotina. A média de idade foi de 45 anos e a idade de início do consumo de cigarro foi, em média, aos 16 anos. Fumavam em torno de 20 cigarros por dia, há 28 anos, em média, e a maioria (73%) já havia tentado parar de fumar pelo menos duas vezes.

Sabe-se que a maior parte daqueles que fumam já tentou parar de fumar pelo menos uma vez (Hyland et al., 2006; Leatherdale & Shields, 2009) e que a maioria destas tentativas ocorrem repentinamente, sem planejamento e sem ajuda formal (Larabie, 2005) e sem a utilização de fármacos para parar de fumar (Bansal, Cummings, Hyland & Giovino, 2004; Leatherdale & Shields, 2009). Entre as barreiras externas para a busca de ajuda, está a falta de conscientização sobre os tratamentos disponíveis e a forma que eles funcionam (por exemplo, muitos deles temem sentir efeitos colaterais ou ficar dependentes da medicação) e o custo financeiro. Outros motivos incluem o descrédito quanto à eficácia do tratamento, a crença de que não é necessário tratamento para deixar o cigarro, além do estigma associado à procura de ajuda (Hughes, Marcy & Naud, 2008; Leatherdale & Shields, 2009). Apesar disso, fumantes que contam com

um método formal e especializado de cessação são menos propensos à recaídas (Hughes et al., 2008; Leatherdale & Shields, 2009).

A Terapia Cognitivo-Comportamental – TCC oferecida no Programa de Cessação do Tabagismo é uma terapêutica de primeira linha para o tratamento de dependência de substâncias psicoativas, incluindo tabagismo. Trata-se de um tipo de intervenção breve, objetiva e eficaz para uma gama de problemas psicológicos. A Terapia possui técnicas específicas que podem ser testadas para eficácia, além disso, permite o desenvolvimento de metas mensuráveis e, que, portanto, podem ser pesquisadas. Ademais, os terapeutas cognitivo-comportamentais, em diferentes graus, interessam-se pelo processo de investigação e pesquisa bem como na eficácia de sua prática (Borba, 2005; Rangé, 2001). A avaliação do processo e resultado das intervenções psicológicas é um desafio importante. Em virtude de implicações sociais, políticas e econômicas, cada vez mais se exige a demonstração concreta de que os tratamentos em saúde sejam efetivos e eficazes. Assim, esforços devem ser orientados para o desenvolvimento e difusão de métodos que creditem cientificidade ao conhecimento produzido no campo da Psicologia (Peuker, Habigzang, Koller & Bizarro, 2009).

Entre os componentes principais da Terapia utilizados no Programa estão a identificação de situações de risco de recaída bem como o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento destas. Ou seja, possuir um repertório de estratégias de enfrentamento (coping) diminui o risco de recaída. Tanto o uso de estratégias cognitivas, como imagens mentais, quanto comportamentais



– atividades físicas – podem ser encaminhadas para o sucesso da cessação do tabagismo (Shadel, Niaura, Goldstein & Abrams, 2001). O automonitoramento, o controle de estímulos, a avaliação do papel das crenças e das emoções no hábito de fumar, o emprego de técnicas de relaxamento (meditação) e a realocação do foco atencional (retreinamento da atenção), dentre outros, também são exemplos de estratégias utilizadas neste tipo de abordagem. A ideia central é estimular o indivíduo ao autocontrole e automanejo para que ele evite o ciclo da dependência, tornando-se assim um agente de mudança de seu próprio comportamento (Peuker, 2010).

Sabe-se que o processo de cessação do tabagismo é composto por duas fases principais. A primeira fase é tida como a da obtenção da abstinência, que compreende a tentativa de se abster do cigarro propriamente dito. Posteriormente, ocorre a fase mais complexa de manutenção da abstinência (Hyland et. al., 2006; West, McEwen, Bolling,

& Owen, 2001). Resultados obtidos em estudo sobre as estratégias usadas por ex-fumantes para manterem-se abstinentes confirmam a utilidade de estratégias chamadas auto-regulatórias, que são um fator importante das intervenções cognitivo-comportamentais (Peuker, 2010). Corroborando os achados de Peuker (2010), evidencia-se que indivíduos que conseguem parar de fumar possuem um repertório mais amplo de recursos, cognitivos e comportamentais, de enfrentamento do que aqueles que não têm êxito em atingir a abstinência prolongada. Ou seja, os ex-fumantes são mais eficazes em resistir a situações de alto-risco para o uso de cigarro e utilizam mais estratégias auto-regulatórias para se abster do tabaco do que aqueles indivíduos que não conseguem deixar de fumar (Kennett, Morris & Bangs, 2006).

A tendência a prestar atenção (viés de atenção) automaticamente em estímulos associados ao cigarro, observada em fumantes, pode ter um

papel determinante na manutenção do tabagismo (Lopes, Peuker, & Bizarro, 2008). Pois, esta “hiperatenção” para pistas associadas ao cigarro pode distrair indivíduos do uso de estratégias cognitivas, especialmente em situações de risco (Robbins & Ehrman, 2004). A modificação deste viés da atenção através do treinamento da atenção (Field, 2006), talvez possa contribuir para aumentar a eficácia da intervenção, o que tem sido tema de pesquisa no Laboratório – LPNeC. Os participantes do Programa são eventualmente convidados a participar como voluntários em pesquisas como esta, que buscam aprimorar o tratamento. Estes são projetos de pesquisas devidamente aprovados pelo Comitê de Ética e desenvolvidos de forma independente da ação de extensão original.

A implantação deste programa tem permitido o desenvolvimento de atividades de extensão (cursos, palestras, eventos) e de pesquisa direcionadas à comunidade acadêmica. Através da participação no Programa de Cessação do Tabagismo, os alunos da área da saúde (Psicologia, Fonoaudiologia, Odontologia, Medicina e Serviço Social), poderão ser capacitados a conduzir programas de cessação do tabagismo em grupo, e assim tornarem-se agentes multiplicadores de políticas institucionais de ambiente livre do fumo. A participação na equipe do Programa também permite ao estudante verificar e desenvolver pesquisa sobre a intervenção cognitivo-comportamental. Ampliando a inserção de acadêmicos, desde 2010, passou a fazer parte da equipe uma bolsista PIBITI do Curso de Publicidade e Propaganda, que tem contribuído na elaboração de campanhas de divulgação dos grupos

de cessação do tabagismo, layout de materiais de apoio, vídeos, entre outros (ver http://www.youtube.com/watch?v=QZ_GQgbdAXk). Por sua vez, os participantes dos grupos podem conhecer mais sobre a profissão de psicólogo e sobre a ciência psicológica, além de contribuírem, eventualmente, como participantes voluntários de pesquisas sobre técnicas de terapias inovadoras, como a modificação do viés da atenção.

O Programa aqui apresentado integra atividades de extensão de serviços à comunidade (tratamento do tabagismo), ensino (capacitação de alunos da área da saúde) e pesquisa (intervenções inovadoras) em TCC. O PCT abrange ações de avaliação e intervenção num ambiente organizacional (quando o público alvo é o servidor da UFRGS) e acadêmico (quando o público alvo é o estudante), que considera as diferenças das etapas de desenvolvimento peculiares a cada população alvo e do contexto de saúde e trabalho.

Por fim, deve-se destacar a importância de ampliar e fortalecer o programa “UFRGS Livre da Fumaça do Tabaco”, uma vez que a Universidade dispõe dos meios e de conhecimentos necessários para tal. Para isto, outras unidades e departamentos da Universidade poderiam formar uma equipe multidisciplinar e oferecer um Programa de Cessação do Tabagismo com abordagem multidimensional para a comunidade. Em conjunto, estas ações poderão reduzir a prevalência de tabagismo e da emissão de poluição tabagística, além de qualificar a formação do aluno aproximando pesquisa e prática.

Referências

- BANSAL, M.A., Cummings, K.M., Hyland, A. & Giovino, G.A. Stop-smoking medications: Who uses them, Who misuses them, Who is misinformed about them? *Nicotine & Tobacco Research*, n. 6, p. 303-310, 2004.
- BORBA, A. G. Disciplina online de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC): expansão das fronteiras da formação em TCC através da educação online. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- BOWEN, S., Chawla, N., Collins, S. E., Witkiewitz, K., Hsu, S., Grow, J., Clifasefi, S., Garner, M., Douglass, A., Larimer, M., Marlatt, A. Mindfulness-based relapse prevention for substance use disorders: A pilot efficacy trial. *Substance Abuse*, n. 30, p. 295-305, 2009.
- CHIAMULERA, C. Cue reactivity in nicotine and tobacco dependence: a “multiple-action” model of nicotine as a primary reinforcement and as an enhancer of effects of smoking-associated stimuli. *Brain Research Reviews*, n. 48, p. 74-97, 2005.
- FERREIRA, M.P. Tabaco. In Toscano, A; Seibel, S.D. Dependência de Drogas. São Paulo: Atheneu, 2002.
- FIELD, M. Attentional biases in drug abuse and addiction: cognitive mechanisms, causes, consequences, and implications. In Munafo, M. R., & Albery, I. P. *Cognition and Addiction*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- FIELD, M., Duka, Tyler & Schoenmakers, T. Attentional bias modification in tobacco smokers. *Nicotine Tobacco Research*, n. 11(7):812-22, 2009.
- HYLAND, A., Borland, R., Li, Q., Yong, H., McNeill, A., Fong, G.T. & O'Connor, R.J. & Cummings, K.M. Individual-level predictors of cessation behaviours among participants in the International Tobacco Control (ITC) Four Country Survey. *Tobacco Control*, n. 15, p. 83-94, 2006.
- HYLAND, A., Li, Q., Bauer, J.E., Giovino, G.A., Steger, C. & Cummings, K.M. Predictors of cessation in a cohort of current and former smokers followed over 13 years. *Nicotine & Tobacco Research*, n. 6, p. 363-369, 2004.
- HUGHES, J.R., Keely, J. & Naud S. Shape of the relapse curve and long-term abstinence among untreated smokers. *Addiction*, n. 99, p. 29-38, 2004.
- IGLESIAS, R., Jha, P., Pinto, M., Silva, V. L. C., & Godinho, J. Documento de discussão – saúde, nutrição e população (HNP). Controle do tabagismo no Brasil: resumo executivo. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, n. 17 (4), 301-304, 2008.
- Instituto Nacional de Câncer (INCA). Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/index.asp>. Acesso, em 21 de abril de 2012.
- KAISER, D. E., Daudt, A. W., Brião, D F ; Hachmann, MB. Viva Mais: Programa de Qualidade de Vida. Indicadores de saúde na UFRGS: um guia para uma melhor qualidade de vida. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- KENNETT, D.J., Morris, E. & Bangs, A. M. Learned resourcefulness and smoking cessation revisited. *Patient Education and Counseling*, n. 60, p. 206-211, 2006.
- LARABIE, L.C. To what extent do smokers plan quit attempts? *Tobacco Control*, n. 14, p. 425-428, 2005.
- LEATHERDALE, S.T. & Shields, M. Smoking cessation: intentions, attempts and techniques. *Health Report*, n. 20, p. 31-39, 2009.
- LOPES, F. M., Peuker, A.C., & Bizarro, L. Viés atencional em fumantes. *Psico*, n. 39, p. 382-390, 2008.
- PEUKER, A.C. Viés atencional para pistas associadas ao comportamento de fumar. Tese de Doutorado. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRGS, 2010.
- PEUKER, A.C., Habigzang, L.F., Koller, S. & Bizarro, L. Avaliação de processo e resultado em psicoterapias: uma revisão. *Psicologia em Estudo*, n. 14, p. 439-445, 2009.
- PEUKER, A.C., Lopes, F. & Bizarro, L. Viés atencional no abuso de drogas: teoria e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 25, p. 603-609, 2009.
- PIASECK, T.M. Relapse to smoking. *Clinical Psychology Review*, n. 26, p. 196-215, 2006.
- PRESMAN, S., Carneiro, E. & Gigliotti, A. Tratamentos não-farmacológicos para o tabagismo. *Revista de Psiquiatria Clínica*, n. 32, 5, 2005.
- RANGÉ, B. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- SANTOS, L. C., Goulart Júnior, E., Canêo, L. C., Lunardelli, M. C. F., & Carvalho, P. L. T. Psicologia e profissão: neurose profissional e a atuação do psicólogo organizacional frente à questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 30(2), p. 248-261, 2010.
- SHADEL, W.G., Niaura, R., Goldstein, M.G. & Abrams, D.B. Cognitive avoidance as a method of coping with a provocative smoking cue: the moderating effect of nicotine dependence. *Journal of Behavioral Medicine*, n. 24, p. 169-82, 2001.
- WEST, R., McEwen, A., Bolling, K. & Owen, L. Smoking cessation and smoking patterns in the general population: a 1-year follow-up. *Addiction*, n. 96, p. 891-902, 2001.



Arquitetura fora das salas de aula

Acadêmicas: Marília Backes, Juliana Manfroi de Azevedo Iurinic da Costa

Criado na UFRGS em 2007, a partir da iniciativa de um grupo de estudantes de graduação o Escritório Modelo Albano Volkmer – EMAV –, a exemplo de outros escritórios-modelo, existentes em diferentes escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, é um projeto de extensão universitária com cunho social e sem fins lucrativos, apoiado pela FeNEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura – que responde às diretrizes curriculares da área.

Seu principal objetivo é extrapolar a vivência da sala de aula, buscando encontrar formas de contatos com a sociedade através de parcerias com

comunidades organizadas e carentes de acesso ao profissional da área de Arquitetura e Urbanismo, contribuindo assim para a formação de indivíduos socialmente responsáveis.

O nome do escritório é uma homenagem ao professor José Albano Volkmer, ex-diretor da Faculdade de Arquitetura, grande incentivador do envolvimento dos estudantes em atividades de extensão¹. A partir de 2010, com a criação do Programa de extensão, EMAV 2010 – Proposta de Implementação de Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, o escritório passou a ser institucionalmente reconhecido, com a orientação do professor Leandro Marino Vieira Andrade.

A concepção do Escritório Modelo

Após um ano de trabalho, pesquisa e atividades práticas, em 2008, o EMAV foi implantado e apresentado à sociedade gaúcha, com os seguintes objetivos:

Estimular o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio, da cultura e da memória social das comunidades trabalhadas; motivar os estudantes às atividades sociais, proporcionando a prática profissional que completa e enriquece o que é aprendido na faculdade; fazer dos acadêmicos agentes multiplicadores de ações dentro e fora da universidade, incentivando a interdisciplinaridade além da própria interação com a comunidade em geral².

Entre 2010 e 2011, foram realizados, na Faculdade de Arquitetura, os Ciclos de Seminários EMAV, orientados para temas ligados à extensão e à arquitetura social, com a participação de diversos convidados. No primeiro semestre de 2011, o EMAV, com apoio da PROPESQ, trouxe à Porto Alegre, o destacado arquiteto Jorge Mário Jáuregui (RJ), para proferir a aula inaugural do Curso de Arquitetura e Urbanismo, com o título *A reestruturação sócio-espacial nas favelas do Rio de Janeiro*, e para a condução do II Ciclo de Seminários EMAV, versando sobre o tema *A cidade informal* e o papel do estudante.

Com a preocupação de aumentar a visibilidade na Universidade, e convidar mais pessoas a participar

do Escritório, foram também realizadas mostras e apresentações que difundiam a ideia dos Escritórios Modelos e expunham as atividades do EMAV. Dentre as mostras produzidas, como a SEMANAV e a exposição *IluminAÇÃO*, realizada primeiramente na Faculdade de Arquitetura e, em seguida, no Salão de Extensão da UFRGS de 2010.

Anualmente, estudantes que integram o EMAV participam do Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU), onde representantes de todo o país se reúnem para tratar de temas de interesse dos Escritórios Modelos. O evento traz belas experiências a todos, cooperando para a solução de problemas comuns na estruturação dos EMAUs, e gerando novas motivações e reflexões a cada participante.

No final de 2010, o EMAV associou-se ao Condomínio Cênico Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre, para a realização de um estudo de contribuição a intervenção no Hospital. Em 2011, com o NORIE e com a Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu, se estabeleceu parceria para a elaboração do projeto arquitetônico para a construção de uma Creche Comunitária Ecológica.

Todo esse processo de evolução, consideravelmente rápido, foi fruto do esforço de estudantes comprometidos, vencendo problemas comuns na implantação dos escritórios modelos, como falta de reconhecimento institucional, infraestrutura e organização.

1. José Albano Volkmer foi professor e diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Foi também presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS). Ele faleceu em outubro de 2007, e ficou marcado na memória de todos por seu carisma, ética e paixão pela arquitetura.

2. Texto da exposição SEMANAV, promovida pelo EMAV em outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/emav/>>. Acesso em 7 abril de 2012.

Os Princípios

Existem dois documentos básicos que norteiam os Escritórios Modelos de Arquitetura e urbanismo implantados nas escolas brasileiras: o POEMA – Projeto de Orientação aos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, e a Carta de Definição para Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, elaborada pela FeNEA. Nestes dois documentos se encontram orientações sobre como devem funcionar os escritórios e os princípios que estes devem seguir.

O EMVA optou por seguir os princípios contidos nestes documentos, sendo um projeto de extensão de gestão estudantil, aberto à participação de todos os interessados e coordenado de forma horizontal. Ao definir os projetos com os quais vamos trabalhar, verificamos se a demanda parte de uma comunidade organizada e sem condições de contratar um profissional para suprir suas necessidades. O trabalho é sem fins lucrativos, e busca fugir da visão assistencialista, incentivando a participação e autonomia das comunidades envolvidas. Como Programa de Extensão, o Escritório busca a troca mútua de conhecimentos entre Sociedade e Universidade, buscando levar o conhecimento adquirido na academia às comunidades e, reciprocamente, aprendendo das experiências de organização comunitária

Algumas Ações do EMVA

Projeto para o CECLIMAR-UFRGS

Em maio de 2009, o EMVA recebeu, através da professora Carla Penna Ozorio, a solicitação para o desenvolvimento de estudos de adequação e expansão da sede do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR, integrante do Instituto de Biociências da UFRGS, localizado no município de Imbé, RS, e que abriga atividades de ensino, pesquisa e divulgação técnico-científica, privilegiando ações de Educação Ambiental.

A ação desenvolvida pelo Escritório ocorreu associada à criação de uma disciplina eletiva, coordenada pelo professor Leandro Andrade e pelo arquiteto José Geraldo Costa, técnico-administrativo do Departamento de Urbanismo, ao longo do segundo semestre de 2009³. A metodologia de projeto foi construída a partir de seminários de discussão de textos, em especial, de Paulo Freire, Kevin Lynch e Christopher Alexander. Foram realizadas três oficinas de trabalho de campo na sede do CECLIMAR, em finais de semana, com o grupo de participantes hospedados na Colônia de Férias da Universidade, em Tramandai. Ao final do semestre, a produção dos participantes foi encaminhada à direção do órgão, com vistas a sua gradual adequação.

3. Participantes: professor Leandro Marino Vieira Andrade, arquiteto José Geraldo, coordenadores; Cecília Esteve, Natália Torres Dittmar, André Cavedon Ripoll, Juliana Lang Pádua, Juliana Ziebell de Oliveira, Bruna Spesatto Pogliessi, Letícia Perucci, Tamáris Luise Braun Pivatto, Rodrigo Urruth Kemmerich e Thaís Grachten Leitão, estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<http://emavufrgs.wordpress.com/2009/08/16/ceclimar/>>. Acesso em 7 de abril de 2012.

4. Participantes: André Cavedon Ripoll, Juliana Lang Pádua, Thaís Grachten Leitão, Marina Corrêa Eschiletti, Clarice Oliveira e Natália Torres Dittmar, estudantes de arquitetura e Urbanismo.

5. Equipe de trabalho: Cecília Esteve, Daiane Melo Pereira, Eduardo Schmidt, Giana Flores da Rocha, Juliana Lang Pádua, Juliana Manfroi de Azevedo Iurinic da Costa e Natália Ransolin, estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo.



Levantamento fundiário da Vila Gaúcha

Em meados de 2009, em parceria com o Núcleo de Assistência Jurídica Estudantil - NAJUP, da UFRGS, o EMAV realizou um trabalho com a comunidade da Vila Gaúcha, situada nas proximidades do Estádio Beira Rio, em Porto Alegre, com vistas a instrumentar a ação de usucapião da área. O trabalho foi realizado através de visitas no local e medições dos lotes.⁴

Semana Acadêmica da Construção Coletiva

Em maio de 2010, o EMAV promoveu, em parceria com o Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA) da UFRGS, a Semana Acadêmica da Construção Coletiva, tendo como principal propósito a mobilização de estudantes, funcionários e professores

da Universidade para a revitalização de uma área arborizada próxima a Rádio da Universidade. A área era bem localizada no Campus Centro da UFRGS, mas era pouco utilizada pela comunidade acadêmica devido à falta de infraestrutura. A ação foi de grande valia para os alunos, por gerar conhecimentos em técnicas construtivas e experiências em trabalhos e projeção coletiva⁵.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas de opinião com os usuários do Campus e, em seguida, foi traçado coletivamente o projeto de intervenção. Todas as oficinas da Semana Acadêmica (Oficina de Bambu, Fotografia, Concreto Reciclado, Alvenaria, Paisagismo, Photoshop e Sketch Up) tiveram como enfoque a área de intervenção. Grande parte delas ocorreu junto ao próprio mutirão de construção, evento culminante da Semana Acadêmica.

Estudo para o Condomínio Cênico Hospital Psiquiátrico São Pedro

No final de 2010, o EMAV formou uma parceria com o Condomínio Cênico do Hospital Psiquiátrico São Pedro. O Condomínio é formado por cinco grupos de teatro: Caixa Preta, Falos e Stercus, NEELIC – Núcleo de Estudos e Experimentação da Linguagem Cênica, Oigalê – Cooperativa de Artistas Teatrais e Povo da Rua – Teatro de Grupo. Há cerca de 11 anos, estes grupos passaram a ter o direito de usufruir de alguns espaços do Hospital Psiquiátrico São Pedro, através de um acordo firmado com a Secretaria Estadual da Cultura, utilizando as áreas existentes dos Pavilhões 5 e 6 para ensaios, oficinas e apresentações, bem como para produção de cenários, figurinos e depósito. No entanto, esta

ocupação se dá de maneira precária, devido à falta de conservação dos pavilhões. O complexo, situado no bairro Partenon na cidade de Porto Alegre, foi tombado como patrimônio histórico, em 1992, pelo Governo do Estado do RS e, em 1993, pelo Município de Porto Alegre.

O objetivo da parceria formada foi realizar um estudo de contribuição à intervenção no local, de forma a: adequar o espaço ao uso dos grupos de teatro; contribuir para a restauração e valorização do patrimônio histórico; e contribuir para a transformação de um espaço simbolicamente marcado pela de opressão, por ter sido usado como sanatório, em um espaço cultural aberto à população. Além de proporcionar condições de uso às edificações, este estudo procura devolver uma função social a este conjunto arquitetônico, transformando-o em um novo pólo cultural para o bairro e arredores, região da cidade atualmente carente deste tipo de iniciativa. Esta descentralização acontece na mão contrária à ocupação recorrente das zonas centrais da cidade destinadas à cultura.

No início de 2011, o EMAV propôs duas ações de extensão relacionadas ao projeto: Ação Participativa de Restauração do Condomínio Cênico – Hospital Psiquiátrico São Pedro e Ação Participativa de Requalificação Urbana do Hospital Psiquiátrico São Pedro – Entorno, ambas coordenadas pelo professor Eber Marzulo (MARZULO et al, 2011). Durante este processo, foram realizados brainstormings, seminários para instrumentalização e outras atividades, como mutirões e oficinas participativas com a comunidade cênica, organizadas pelos bolsistas do projeto

de extensão, demais integrantes do EMAV e professores envolvidos. No quesito ‘seminários para instrumentalização’, promoveu-se a aula sobre Documentação de Edificações do Patrimônio Arquitetônico, proferida pela professora Inês Martina Lersch. A partir disso, passamos a utilizar os critérios da Metodologia de Projeto para Edificações do Patrimônio Cultural (BRASIL/MinC, 2005a) para o desenvolvimento do estudo.

Realizamos estudos de conhecimento do bem tombado e buscas por referências, visitando espaços como o Departamento de Arte Dramática da UFRGS, MEME - Santo de Casa Estação Cultural, e o prédio histórico restaurado da Faculdade de Agronomia da UFRGS. Esta última foi guiada pelo arquiteto Edison Zanckin Alice, responsável pela restauração do prédio e Diretor de Projetos da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS. Fizeram parte desta etapa também levantamentos histórico, iconográfico, fotográfico, métrico-cadastral e de danos.

A partir deste trabalho preliminar, foi iniciado o estudo de intervenção propriamente dito. Este e outros procedimentos relatados contaram com a colaboração da professora Inês Martina Lersch, que orientou o trabalho, tanto em questões técnicas, quanto de organização e sistematização de tarefas. Entregue aos grupos de teatro em apresentação pública no início de junho de 2012, este estudo proporcionou um enorme aprendizado aos alunos envolvidos por estarem tratando com uma comunidade demandante real e complementou suas formações acadêmicas em diversas áreas⁶.



Projeto para a Escola de Educação Infantil Comunitária da Vila São Judas Tadeu

Em outubro de 2011, o EMAV associou-se ao Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (NORIE-UFRGS) e a Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu (AMOVITA), para a realização do projeto para a creche ecológica comunitária da Vila São Judas Tadeu, antiga luta da comunidade organizada, que já garantira, como resultado de anos de mobilização,

o direito de uso do terreno, e recursos financeiros substanciais através do Orçamento Participativo.

Para garantir o encaminhamento do projeto junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, visando à construção da escola de educação infantil ainda na atual gestão de governo municipal, o projeto tinha data definida para a entrega: até o início de março de 2012. Isso significava um grande empenho, organização e comprometimento das pessoas envolvidas.

6. Ações de Extensão Condomínio Cênico HPSP: Prof. Eber Pires Marzulo, Coordenador; Profa. Colaboradora: Arq. Inês Martina Lersch; Estudantes de graduação: Anderson Calvi, Ana Júlia Guilherme, Bruna Froehlich, Daiane Melo Pereira, Fabiana Arenhardt, Gabriel Leivas Waquil, Juliana Manfro de Azevedo Iurinic da Costa, Leonam Holosback Pereira, Maíra Disconzi Brum, Marília Backes, Marina Orlandi Goulart, Natália Ransolin, Paula Bem Olivo, Pedro Collares Gonçalves, Rodrigo da Silva Gomes e Sloane Antoniazzi Pretto.

7. Ação de Extensão CRECHE Ecológica da Vila São Judas Tadeu: prof. Leandro Marino Vieira Andrade, coordenador, prof. Miguel Aloysio Sattle, coordenador adjunto. Desenvolvimento do projeto Arquitetônico. Arq. Gabriela Giacobbo Moschetta, Arq. Renata Fontaneli, Eng. Santiago Munoz Navarrete, estudantes de mestrado do PPGEC-UFRGS; Anderson Calvi, André Cavedon Ripoll, Gabriel Leivas Waquil, Giana Flores da Rocha, Leonam Holosback Pereira e Maíra Disconzi Brum, estudantes de graduação em Arquitetura e urbanismo. Disponível em: <<http://amovitapoa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

Tendo em vista os prazos reduzidos, o trabalho se desenvolveu de forma a priorizar a participação da comunidade nos meses de novembro e dezembro. Nesse sentido, foram promovidas dinâmicas, mutirões de projeção coletiva e confraternizações. Logo no mês de novembro, foi realizado um seminário de capacitação, que contou com palestras dos seguintes convidados: representação da AMOVITA (Histórico, perfil e anseios de uma comunidade), professor Miguel A. Sattler (Sustentabilidade num ambiente construído), professora Beatriz Fedrizzi (Design social e a experiência com pátios escolares), professor Júlio Cruz (Projetos sustentáveis: temas, metodologias e tecnologias), professor Leandro Andrade (Projetos participativos e padrões Alexanderianos) e Letícia Thurmanm Prudente (Processos participativos para além do projeto). Os meses de janeiro e fevereiro, por sua vez, foram

dedicados ao desenvolvimento e detalhamento do projeto.

O projeto arquitetônico foi entregue à Prefeitura no dia 22 de março, em assembleia na sede da AMOVITA, na presença do atual prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. O trabalho participativo desenvolvido foi elogiado pelo senhor prefeito, ficando a execução dependente da elaboração dos projetos complementares. Tanto a comunidade quanto o NORIE e o EMAM ficaram muito orgulhosos com a entrega do projeto, que contou com o empenho e a participação de todas as partes.

Foi um momento histórico para a Comunidade, para a UFRGS e para a Prefeitura, pois este é o primeiro projeto de uma Creche Comunitária Ecológica em Porto Alegre, e acreditamos que no RS também. [...] Agradecemos a todos/todas que estiveram envolvidos/envolvidas nesta construção, foi um processo realmente muito rico e participativo.⁷

Referências

ALBANO Volkmer, uma vida à arquitetura. Conselho em revista. Porto Alegre, ano 4, n. 39, nov. de 2007. Seção memória. Disponível em: <<http://saturno.crea-rs.org.br/crea/pags/revista/39/capa.asp>>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

AULA Inaugural Arquitetura e Urbanismo/UFRGS. Disponível em: <<http://emavufrgs.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta. Manual de Elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Elaboração de José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva e Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: MinC/Monumenta, 2005a.

CHAMADA para 3º Geração do EMAM. Disponível em: <<http://emavufrgs.wordpress.com/page/4/>>. Acesso em 12 de abril de 2012.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. POEMA – Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. 2005/06. 90 p.

MARZULO, Eber Pires et al. Cidade e arquitetura: da loucura ao teatro. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Salão de Extensão (12.: 2011 out.: Porto Alegre, RS) [Anais]. [recurso eletrônico]. Porto Alegre. p. 5-6.

O EMAM. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/emav/>>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

SECRETARIA do Patrimônio Histórico. Disponível em: <<http://www.predioshistoricos.ufrgs.br/>>. Acesso em: 12 de abril de 2012.



Ações socioambientais em comunidades do Município do Rio Grande - RS

Acadêmicos: Adriana Matos de Carvalho; André Lemes da Silva; Débora Amaral Sotter; Janaina Amorim Noguez; Fernanda Fonseca da Fonseca; Felipe Nascimento; Cleiton Oliveira; Kellen Daiane da Silva; Meri Elen Baptista Bastos; Ana Maria da Silva Brum; André Luiz Marques Gomes; Ariane Siqueira da Silva; Camila Bottero Corrêa; Carolina Duarte Flores; Carina Carneiro Marin; Célia Maria da Silva Gomes; Diogo Gonçalves; Fabrício Soares Porto; Gabriel Ferreira da Silva; Pedro Henrique Gonçalves da Silva

O presente artigo busca relatar algumas ações realizadas no âmbito do Projeto Técnico Socioambiental – PTSA, atividade de extensão desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande

– FURG, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, numa parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social¹. O trabalho está sendo executado em seis bairros da

1. O entendimento do termo “socioambiental” conforme Carvalho (2006) significa uma interrelação entre a biodiversidade e a sociedade, demonstrando uma nova perspectiva cultural de entender a noção de ambiente como um todo.

cidade de Rio Grande: Castelo Branco I e II, Vila Maria, Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Águeda, Dom Bosquinho e São Miguel. As ações são desenvolvidas no contexto do Programa de Aceleração e Crescimento – PAC/Macro Drenagem, que tem como objetivo realizar obras físicas de infraestrutura em drenagem pluvial em algumas ruas das comunidades locais. A responsabilidade pela execução das obras é da Prefeitura Municipal do Rio Grande, em parceria com Governo Federal, através do financiamento da Caixa Econômica Federal.

A partir disso, as atividades deste projeto foram vinculadas ao Programa de Trabalho Extensionista de Integração e Ação Social – TEIAS/FURG, que tem como propósito conhecer e potencializar os diferentes sujeitos e grupos sociais que atuam em diferentes contextos das comunidades locais. O trabalho extensionista vem se diferenciando por suas atividades de mobilização e participação cidadã promovendo o conhecimento de diferentes histórias e trajetórias sociais, de uma conscientização ativa para a cidadania efetiva.

Nesse sentido, Freire (2005) coloca que:

“Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica”.

A importância desta proposta de intervenção no ambiente comunitário se define numa visão politizada que proporciona aos indivíduos transformarem-se e serem transformadores enquanto sujeitos históricos. Conforme Ruscheinsky (2007), devemos tratar de: “questões que frequentemente estão excluídas da agenda da vida política ou nas práticas encaradas como da esfera privada, quando não naturalizadas ou estranhas à ordem do dia do debate político e cultural”.

Neste sentido, o Projeto Técnico Socioambiental – PTSA tem como objetivo fomentar ações de extensão, relacionados com a educação popular, propiciando uma intervenção coerente e coesa com a realidade das localidades do município do Rio Grande. A proposta provocou discussões sobre a realidade de tais comunidades, dialogando sobre diferentes saberes com relação a questões como: educação, cultura, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, dentre outras questões relevantes da sociedade como um todo.

A partir disso, a educação popular vem para contribuir com a proposta do PTSA, por ser uma perspectiva pedagógica que possibilita uma visão politizada por parte das pessoas, uma prática que se constitui numa ação educativa voltada para a educação do povo, caracterizado por uma ação dialogal, comprometida, participante, crítica, conscientizadora (GRASCIANI, 2005).

Nesta perspectiva de ação educativa, utilizamos os termos “conscientização” e “conhecimento” porque estão intrinsecamente ligados ao tema da libertação que se define através de um processo de aproximação crítica com a realidade se caracterizando autêntica por viabilizar



uma unidade dinâmica que propicie uma prática voltada para a transformação social. A conscientização, por sua vez, supõe a tomada de consciência e se completa na ação transformadora da realidade. A aproximação do conhecimento existente não significa apenas aquisição de informações relativas ao conteúdo de várias áreas do saber, mas o conhecimento da realidade histórica concreta na qual os seres humanos se encontram (GRASCIANI, 2005). Contudo, a educação popular, busca através de uma prática político-pedagógica, viabilizar uma mudança nas condições sociais, econômicas e ambientais da realidade atual, em que se encontram tais comunidades atendidas pelo PTSA.

As ações desenvolvidas pelo projeto técnico socioambiental - PTSA

A metodologia do projeto está subdividida em macro-ações que estão sendo realizadas nas comunidades atendidas. São elas: Ações de Informações; Articulação para Parcerias; Capacitação da Equipe Técnica; Suporte a Intervenções Físicas; Avaliação e Monitoramento; Mobilização e Organização

Comunitária; Atividades Socioculturais; Geração de Trabalho e Renda; Capacitação Profissional; Educação Sanitária; Educação Ambiental; Educação Patrimonial; Educação para Mobilidade Urbana e Educação para a Saúde.

Neste texto, iremos tratar apenas de três das referidas ações acima: “O Envolvimento e Participação das Comunidades locais”; “Diagnóstico Socioambiental” e “Ações Comunitárias”. Lembramos aos leitores que as macro-ações aqui referidas estão embasadas numa metodologia que se funda num processo de conhecimento que se apropria criticamente da realidade para poder transformá-la. O objetivo é uma prática de discussão que desvele a criação e a recriação do conhecimento, partindo da prática destas comunidades, acima referidas, teorizando sobre elas e voltando a prática para transformá-la, ou seja, partindo do concreto, num movimento reflexivo crítico e sistematizador, ação/reflexão/ação.

A primeira macro-ação desta proposta se definiu em mobilizar a comunidade local a fim de constituir comissões de monitoramento e avaliação das obras

físicas do PAC/MACRO – Drenagem. A atividade buscou fomentar a participação e mobilização popular, onde foram criadas seis comissões organizadas em cada bairro que participam do referido projeto. A relevância desta intervenção se dá pela viabilidade do diálogo entre universidade, comunidade e os engenheiros da obra física realizada pela prefeitura municipal. Buscamos a mobilização e participação cidadã, possibilitando a contribuição dos moradores com os trabalhos realizados pelas diferentes instâncias que envolvem (engenheiros, trabalhadores das empreiteiras, técnicos sociais da universidade e da prefeitura municipal).

Segundo Freire (2005), a participação só ocorre quando as pessoas passam a entender os seus contextos e relações históricas através da conscientização. Essa conscientização se dá a partir do ato de descodificação.

“Na análise de uma situação existencial concreta, “codificada”, se verifica exatamente este movimento do pensar. A descodificação da situação existencial provoca esta postura normal, que implica um partir abstratamente até o concreto; que implica uma ida das partes ao todo e uma volta destes às partes, que implica um reconhecimento do sujeito no objeto (a situação concreta) e do objeto como situação em que está o sujeito”.

Sendo assim, a situação limite aqui apresentada nos diálogos com as comissões de avaliação e monitoramento das obras físicas do PAC/Macro – Drenagem define-se na falta de infraestrutura dos bairros. Há precariedade das ruas que envolvem as comunidades atingidas pela proposta do projeto, onde se percebe a falta de organização e planejamento dos órgãos públicos deste município, no

que tange às questões de viabilidade urbana, principalmente em relação a uma política de saneamento básico.

A segunda macro-ação em destaque faz referência ao Diagnóstico Socioambiental das comunidades. O objetivo é mapear e diagnosticar as condições de infra-estrutura e serviços existentes nos bairros Castelo Branco I e II, Cidade de Àgueda, Vila Maria, Nossa Senhora de Fátima, São Miguel e Dom Bosquinho. Este diagnóstico está contribuindo para identificar as condições sociais de vida (trabalho, renda, escolaridade, configurações familiares, etc.) das famílias atingidas pelas obras físicas do PAC, com vistas a divulgar os resultados e colaborar na elaboração de políticas públicas direcionadas às necessidades desta população. Cabe ressaltar, que esta macro-ação se define numa pesquisa-ação que tem como finalidade conhecer a realidade das comunidades atingidas pelo projeto, a fim de potencializar as ações existentes e mobilizar a participação cidadã em prol de políticas locais.

Apresentamos de forma mais geral algumas características destas comunidades conforme os resultados da coleta dos dados. Foram realizados 433 questionários semi-estruturados em que se obteve 149 variáveis, das quais se apresentou 29 categorias, envolvendo sexo, idade, número de moradores por residência, responsável pela família, grau de instrução, renda familiar, benefícios que recebem do governo, trabalho autônomo, tipo de residência, abastecimento de água, abastecimento de luz, destino do lixo, meio de transporte, dentre outras informações que contribuíram para identificar as potencialidades e dificuldades da realidade destes bairros.

As comunidades se diferenciam entre ocupações e loteamentos. Além da luta pela estabilidade de moradia, há a luta pela busca de geração alternativa de renda. Na maioria das famílias, percebe-se o alto índice de pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto, expressos da seguinte maneira nas comunidades: Castelo Branco apresenta um percentual de 59,40%, Cidade de Àgueda - 43,80%, Nossa Senhora de Fátima - 56,0%, São Miguel - 70,70%, Vila Maria - 41,70% e Dom Bosquinho - 49,40%. Tal situação demonstra a fragilidade de órgãos públicos com relação à implementação de suas políticas locais que possibilite ações efetivas para viabilizar mudança desta realidade. Segundo Acsehrad (1993, p. 19):

“[...] o espaço público é aquele onde os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem o comum. É neste espaço que se constrói um mundo comum, que é múltiplo – já que ele reflete as perspectivas diferenciadas dos cidadãos –, mas é o mesmo já que é compartilhado por todos.

As formas de emprego dessas famílias distribuem-se entre empregos formais e não-formais. No tocante a renda, percebe-se alto índice de famílias que se mantêm com meio a 1 salário mínimo por domicílio. Nesse sentido, no bairro Castelo Branco o percentual de rendimentos nestas condições é de 53,60%, no bairro Dom Bosquinho - 32,50%, Nossa Senhora de Fátima - 30,50%, São Miguel - 34,50%, Vila Maria - 31,80%, e Cidade de Àgueda - 28,10%. Os empregos informais são diversos, podemos citar: construtor civil, pintor, artesãos, diarista, e, em sua grande maioria, as pessoas estão envolvidas com reciclagem e como catadores de lixo. As famílias possuem em média

uma renda familiar entorno de R\$ 862,50 (oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), sendo que o número de pessoas de cada residência se define entre três a quatro indivíduos.

Contudo a situação-limite evidenciada pelos participantes da pesquisa-ação, as relações econômicas influenciam o cotidiano das famílias que, em alguns casos, passam a realizar atividades autônomas para contribuir na ampliação da renda familiar. Freire (2005, p.118), contribui com a nossa discussão, colocando-nos que:

“[...] os homens, seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela”.

A terceira macro-ação que destacamos, diz respeito às “Ações Comunitárias” que possibilitam encontros coletivos, envolvendo as comunidades e diferentes grupos, com a finalidade de desenvolver ações coletivas que viabilizem serviços sociais de saúde, higiene, direito, gastronomia, cultura, lazer e meio ambiente. Foi realizada apenas uma ação no mês de novembro de 2011, envolvendo diferentes entidades públicas e privadas que se mobilizaram em prol das comunidades. A ideia foi que atuassem enquanto atores socioambientais, que, conforme, Ruscheinsky (2007, p. 25): “[...] comportam em suas características a diversidade com um amplo espectro de práticas sociais e de tendências teóricas e ideológicas: equidade, ética, justiça, democracia, durabilidade, conservação, sobriedade e solidariedade”.

Contudo, a macro-ação acima referenciada, consiste numa consciência socioambiental, que requer o desenvolvimento de uma cultura política que supere a absorção de informações disponíveis, mas um jogo que busca um alargamento do olhar das famílias participantes das “Ações comunitárias” em direção à consciência política para assegurar em ação dentro de uma dinâmica de ver, avaliar e agir, a favor de seus direitos básicos.

O objetivo deste texto foi apresentar algumas das ações realizadas pelo Projeto Técnico Socioambiental – PTSA, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Prefeitura Municipal, nas comunidades circunvizinhas ao Campus Carreiros da FURG. As ações de intervenção têm possibilitado a mobilização das famílias atendidas pela proposta do projeto, que vem contribuindo para identificar as diversas problemáticas destes ambientes. Como podemos observar, tais ações se definem numa relação que demonstra os “Quefazer de estas comunidades” oportunizando um diálogo sobre suas dificuldades, demandas, potencialidades entre outras circunstâncias relevantes a esses espaços. Isso tem evidenciado a importância do papel da extensão enquanto processo educativo que articula o ensino e a pesquisa,

demonstrado através do “Diagnóstico Socioambiental”, enquanto uma ação do PTSA, uma forma indissociável que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão universitária praticada no âmbito deste projeto é não apenas a principal ferramenta deste processo dialético entre teoria e prática, mas também um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social no interior da Universidade.

Diante disso, as ações do PTSA estão contribuindo para qualificar o diálogo com as comunidades locais, discutindo seus problemas e potencialidades, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. O trabalho realizado tem fortalecido o papel de cada cidadão e cidadã dos bairros atendidos, no planejamento, execução e acompanhamento das políticas públicas a eles destinadas. O que tem se dado desde a interlocução com os moradores, através de suas Associações de Bairros, perpassando pelos demais espaços públicos, como escolas e postos de saúde. Ainda, o trabalho junto a essas comunidades tem reforçado, cada vez mais, a importância da atividade extensionista no processo de formação dos estudantes universitários participantes.

Referências

- ACSELRAD, H. Ecologia: direito do cidadão. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993.
- CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.
- DUEUX, A. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. In: Revista Trimestral de Debate da Fase, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.
- RUSCHEINSKY, A. Atores Socioambientais. In: JÚNIOR, L. A. F. (Org.) Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA; Departamento de Educação Ambiental, 2007.



Assessoria Interdisciplinar e Intercultural em Direitos Humanos: relato de experiência

Assis da Costa Oliveira | Faculdade de Etnodesenvolvimento - UFPA
Ervelys Silva Ramos | Indígena da etnia Xipaia. Acadêmico de Etnodesenvolvimento - UFPA

A Assessoria Interdisciplinar e Intercultural em Direitos Humanos (AIDH) constituiu-se numa Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) centrada na realização de atividades de extensão, pesquisa e ensino com foco na presença de membros oriundos de distintas culturas de saberes, instrumentalização educacional dos direitos humanos e atuação junto a grupos vulnerabilizados socialmente.

As AJUP's são entidades universitárias que se consolidaram com novas propostas de intervenção social do saber jurídico acadêmico¹. Elas reformularam a gramática da cultura educacional jurídica a partir da crítica ao modelo tradicional de extensão universitária, classificado como assistência jurídica², e propuseram o modelo das assessorias jurídicas como ferramenta de redefinição político-educacional do papel da

universidade na efetivação do acesso à justiça social de grupos vulnerabilizados socialmente.

De acordo com Sousa Júnior:

“[o] trabalho de assessoria jurídica é mais abrangente [do que o da assistência jurídica], uma vez que o apoio prestado visa em última instância à emancipação e à autonomia dos grupos sociais oprimidos por meio da educação para a cidadania. Pretende-se instrumentalizar as necessidades da sociedade, mas busca-se também estimular a sua organização e o seu fortalecimento para que ela possa, de maneira autônoma, desenvolver os meios para reivindicar seus direitos e sanar as suas carências do cotidiano.” (Sousa Júnior, 2006: 28).

Para tanto, as Assessorias criaram estratégias de difusão dos direitos humanos pela educação popular, com suporte em metodologias interdisciplinares e interculturais que potencializam a intervenção crítica sobre a realidade social com o devido reconhecimento do protagonismo participativo dos diversos agentes sociais envolvidos. Desde 1998, as AJUP's existentes no Brasil integram a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), que possui

intervenções em âmbitos regionais e nacional nos espaços sócio-institucionais em que há demandas, além de possuir eventos acadêmicos para intercâmbios entre seus membros.

A proposta da AIDH inova ao possibilitar, pela primeira vez na história da AJUP, a constituição da entidade fora do curso de Direito, renova o papel da interdisciplinaridade e da interculturalidade na tarefa de ampliar os espaços de significação e atuação em busca da efetivação dos direitos. A fundação da entidade dentro do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, sediada no Campus Universitário de Altamira da UFPA, abre a possibilidade de cooperação entre docentes de diferentes disciplinas da cultura científica (Antropologia, Arqueologia, Direito e Pedagogia, dentre outros). O Curso é voltado para formação universitária de estudantes pertencentes a povos e comunidades tradicionais, ou seja, são sujeitos diferenciados socioculturalmente cuja participação nas atividades da AIDH promove, ainda no espaço acadêmico, a formulação de estratégias de ação interculturais, tendo por base atividades de educação popular em direitos humanos que serão explicitadas a seguir.

-
1. A primeira AJUP foi criada em 1950, denominada Serviço de Apoio Jurídico Gratuito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS), e a segunda o Serviço de Apoio Jurídico Gratuito da Universidade Federal da Bahia (SAJU/UFBA), foi fundada em 1964. Atualmente, existem mais de 32 AJUP's distribuídas em 26 universidades públicas e privadas pertencentes a 16 estados brasileiros. No Pará existem 4 AJUP's, além da AIDH, sendo três na UFPA: em Belém – o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular “Aldeia Kayapó” (NAJUPAK) e o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular “Isa Cunha” (NAJUP Isa Cunha); em Marabá – o Centro de Assessoria Jurídica Universitária Popular (CEAJUP). Também tem uma Assessoria na Universidade Federal do Oeste do Estado do Pará (UFOPA) – o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFOPA (NAJUP/UFOPA). Sobre o assunto, consultar: Luz (2008), Pereira & Oliveira (2009).
 2. Como sistematiza Oliveira et al (2007:64): “[a] pretensão da assistência jurídica, particularmente a universitária – aglutinada, hoje, nos Núcleos de Prática Jurídica –, de ofertar serviços legais que garantam o acesso à justiça de pessoas carentes da sociedade esbarra ou limita-se à oferta de um serviço que mantém uma relação vertical entre usuário e atendente (estudantes e advogados), aqueles donos do problema, estes da solução. Também reduz o interesse tutelado às demandas individuais, pouco ou jamais adentrando nas demandas coletivas ou difusas, e conduzindo a extensão universitária para um isolamento social na retórica aproximação jurídica aludida, já que o Direito (como norma e também serviço) permanece sacralizado – produto da relação paternalista existente e deficitário de sua atuação interdisciplinar.” Consultar: Aguiar (2004); Furmann (2003); Sousa Júnior (2006).

Cinema e Direitos Humanos

Em fevereiro de 2011, a AIDH realizou parceria com a Fundação Tocaia para organização do “Cine Ôi e Ôiça” no Campus Universitário de Altamira da UFPA, com sessões semanais às sexta-feira, pela parte da noite, preferencialmente apresentando filmes nacionais e regionais que discutam temáticas ligadas aos direitos humanos e ao meio ambiente.

A proposta é pautada pela metodologia do cineclube com a apresentação dos filmes e posterior debate coletivo com a plateia, mediado por membros da AIDH e da Fundação Tocaia³. No ano passado foram apresentadas 12 sessões e 22 filmes no cineclube, com datas e nome dos filmes informados no quadro a seguir.

A lista de filmes demonstra o interesse dos organizadores em aliar o cinema e os direitos humanos para a discussão dos problemas sociais que afetam o Brasil e, particularmente, a Amazônia. Os debates são sempre direcionados à contextualização dos cenários e situações apresentadas com a realidade existente no território da Transamazônica e do rio Xingu. A escolha do leque de filmes é voltada para estimular a

Datas	Filmes
12.3.2011	Terra Deu, Terra Come
18.3.2011	Nas terras do Bem-Virá
25.3.2011	Um dia na rampa; Estomago
1.4.2011	Vida Maria; Narradores de Javé
15.4.2011	Gato Capoeira; Besouro
29.4.2011	Ilha das Flores; 5 X Favela: agora por nós mesmos
6.5.2011	Anil; Juízo
13.5.2011	A onda: festa na pororoca; Eu me lembro
20.5.2011	A morte das velas do recôncavo; Serras da Desordem
27.5.2011	10 centavos; Terra em Transe
17.6.2011	O dono da pena; Eles não usam black-tie
24.6.2011	A alma do negócio; Cinema, aspirinas e urubus

imaginação e a reflexão entorno das situações vivenciadas no cotidiano das relações socioambientais desenvolvidas, o que acaba por produzir diversidade de pontos de vista e de construções coletivas de argumentos que relacionam a ficção (ou a realidade traduzida nos documentários) com a vida concreta.

O público médio presente é de 20 pessoas, com vezes em que chegou a 53 pessoas e outras em que ficou

3. A Fundação Tocaia tem como missão a promoção da pessoa humana e a valorização de todas as formas de vida, com atuação na cultura, comunicação e meio ambiente voltada para a sustentabilidade sociocultural e socioambiental do território da Transamazônica e do rio Xingu. Ela está articulada junto aos seguintes coletivos: Cultura Popular Ponto no Xingu; Audiovisual Ôi e Ôiça; Educador Tem Jeito Sim; Música; Arte-educadores do Território TransXingu; Rede Paraense, Amazônica e Nacional dos Pontos de Cultura e Leitura; Cine+Cultura; Coletivos Educadores e Salas Verdes; Rede de Protagonismo Juvenil e de Comunicadores Comunitários.

4. De acordo com Duarte Júnior (1991), o conceito de arte-educação propõe a composição de metodologia educacional que assuma a arte como suporte pedagógico, visando o desenvolvimento da expressividade emocional e racional dos sujeitos. Também fundamenta a consciência estética que amplie a capacidade crítica de questionamento aos valores e sentidos educacionais hegemônicos, de forma a fomentar seleção e recriação das práticas educacionais segundo a situação existencial. A reivindicação da arte-educação se dá no sentido de lutar por verdadeira renovação da estrutura ou sistema educacional, em todos os níveis, para defender a universalização da arte pela educação. No plano metodológico, a arte-educação objetiva: “permitir (por meio da arte) uma maior vivência dos sentimentos [e], desta forma, abranger o processo da aprendizagem como um todo, e não apenas em sua dimensão simbólica, verbosa, palavresca, como insiste em fazer a escola tradicional.” (Duarte Júnior, 1991: 69)

em 5. A variação da participação é o grande desafio a ser enfrentado pelos organizadores da atividade. A queda de frequência de público é vivida, em alguns momentos, justamente porque os filmes contrariam a cultura cinematográfica. A população local é influenciada pela televisão e o cinema local – que, aliás, é administrado pela Prefeitura de Altamira – segue a lógica de selecionar apenas os filmes que são o resultado das grandes produções internacionais e nacional, o que nem sempre significa que sejam os filmes de melhor conteúdos.

Sarau de Poéticas e Direitos Humanos

A potencialização do sentir e dos sentimentos pela linguagem das artes pode ser utilizado como suporte educacional para a sensibilização dos sujeitos sobre os problemas sociais e a leitura emocionalmente engajada de suas causas, conseqüências e programas de superação. Mas não apenas isso, a arte-educação⁴ também desenvolve a consciência estética para a criação, a expressividade, a reflexão do agir, revigorando o papel da curiosidade e da criatividade nas práticas pedagógicas pela vivência da “esteticidade da educação” (Freire, 2004) e pelo compartilhamento da “esteticidade dos direitos humanos”. O que permite a sensibilização e a participação das pessoas no processo de leitura da realidade social e dos direitos humanos, tendo como base as linguagens artísticas, como a poesia, a música, o teatro e o cinema.

Pensar a arte-educação em direitos humanos na Universidade significa possibilitar a construção contínua do



evento social denominado de Sarau de Poéticas e Direitos Humanos em que, por meio das linguagens artísticas, haja o encontro de sujeitos interessados em festejar a vida e refletir sobre os problemas sociais que impedem a plena realização das condições de reprodução física e social para ampla parcela da sociedade brasileira e mundial.

O I Sarau de Poéticas em Direitos Humanos aconteceu no auditório do Campus Universitário de Altamira, entre os dias 6, 7 e 8 de abril de 2011. A proposta do evento era reunir a diversidade de linguagens poéticas e de artistas da região no liame central de discutir pautas ligadas aos direitos humanos.

No primeiro dia, houve apresentação do CD denominado Roda do grupo musical “Cia. Papo Show”, representado por membros da Fundação

Tocaia, e a apresentação do cantor JP Miranda. As apresentações foram com músicas cujos temas são o meio ambiente e as condições socioambientais da região da Transamazônica e do Xingu. O cenário montado pretendia estimular a participação do público, com arquitetura do espaço que colocava os artistas no meio de círculo formado por cadeiras.

Além da apresentação musical, o primeiro dia de evento contou com a recitação de poesias de poetas ligados à Academia Altamirense de Letras (AAL), como, João Jesus, Nelivaldo Cardoso e Ioleth Silva, além da participação espontânea de algumas pessoas do público presente com poesias próprias ou de autores conhecidos.

No segundo dia, participaram dois grupos de teatro do município de Altamira, o “Orion” e o “Astréia”, formados por jovens que se organizaram para construir companhias independentes e que apresentam trabalhos autorais em Altamira. Apesar do atraso no início das peças, os dois grupos buscaram relação entre direitos humanos e violência social, com destaque para os assassinatos no campo e a difícil mediação entre ter direitos e reconhecer os direitos dos outros, sobretudo quando estes outros são sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres, crianças e homossexuais. O ponto alto das apresentações foi quando o grupo “Astréia” convidou a plateia para ir ao palco e participar de parte da encenação, o que levou as pessoas a “entrarem em cena” e, ao menos por alguns minutos, compor o enredo e algumas ações da peça.

No terceiro e último dia do evento, foi realizada sessão do “Cine Ói e Ôiça”, realizado em parceria com a Fundação Tocaia. O evento tinha como tema as questões relacionadas as construções das Barragens na Amazônia e foram apresentadas algumas partes de curtas-metragens do cineasta Andrea Rossi. Logo depois foi aberto espaço para o debate com a presença de representantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS).

Os documentários de Andrea mostravam a situação socioambiental e as lutas dos povos e comunidades tradicionais afetadas pelos projetos de implantação de usinas hidrelétricas nos rios Madeira - RO e Xingu - PA. Nas películas eram apresentados relatos de pessoas que estão sendo prejudicadas pelas construções e as ações estratégicas dos movimentos sociais e do Estado brasileiro nos contextos de disputa territorial.

Sem dúvida, o posicionamento dos representantes do MXVPS e de membros da plateia no espaço de debate foi encantador e pedagógico. As falas das lideranças indígenas e dos funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foram ricas de emotividade e reflexão crítica. Alguns foram às lágrimas e outros ficaram mais fortalecidos na convicção de que a região do rio Xingu não precisa, para se desenvolver de forma sustentável, de grandes projetos pensados a partir da lógica do capitalismo e do desenvolvimento estatal.

Curso de Formação

O curso de formação intitulado, “Crianças e Adolescentes: diversidade, desigualdade e direitos”, foi organizado para ser ministrado junto a membros de Conselhos Tutelares e Conselhos

Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente de municípios da região do rio Xingu. O conteúdo do Curso foi desenvolvido para abarcar dois assuntos principais: a diversidade cultural do “ser criança” e a implicação dos direitos; a articulação e atuação política das instituições do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O evento foi realizado entre os dias 5, 6 e 7 de maio de 2011, no período da manhã e da tarde, totalizando 24 horas de atividades. Foi ministrado pelos professores Assis Oliveira e Vilma Pinho, contando com a colaboração do Superintendente Regional da Polícia Civil, Delegado Cristiano Marcelo Nascimento, e de Verusa Almeida, representante do Núcleo de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente (NAECA), da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/Pará).

Houve a participação de 47 pessoas, a maior parte eram Conselheiros Tutelares dos Municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Vitória do Xingu, e dos Conselhos Municipais das Crianças e dos Adolescentes de Altamira e Vitória do Xingu. Além disso, houve a participação de representantes da União da Juventude Organizada do Xingu (UJOX), de discentes do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento e de participante oriundo do Município de Souzel.

O caráter formativo do evento teve, ao final, de ser complementado pelo caráter de encaminhamento político. Devido às diversas denúncias de

violações de direitos apresentadas pelos participantes, que tinham por centralidade a inexistência ou déficit de operacionalização de políticas públicas, foi proposta a elaboração de um documento. O mesmo foi denominado de: “Carta aberta à sociedade e às autoridades públicas sobre a situação da criança, do adolescente e do jovem”, cujo teor elenca diversas políticas públicas que precisam ser melhor assistidas ou criadas pelos poderes públicos. As representações dos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Souzel e Vitória do Xingu, demandaram a concretização de políticas de direitos humanos ligados à saúde, educação, profissionalização e lazer, assim como, o fortalecimento de instituições estratégicas do SGD, como os Conselhos Tutelares e o fundo municipal destinado ao CMDCA.

O evento colocou em evidência a necessidade de formação continuada e de articulação interinstitucional dos representantes e das entidades ligadas à defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em especial, trouxe a pauta da reordenação dos direitos relativos aos povos e comunidades tradicionais, eles também possuem direitos coletivos e exigem cumprimento das leis no tratamento de suas crianças e adolescentes.

Assessoria ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) constitui-se numa rede de organizações e movimentos sociais da região de Altamira e das áreas de influência da UHE Belo

Monte, no estado do Pará. Historicamente, todos se opuseram à instalação de hidrelétricas no rio Xingu, contando com o apoio de mais de 250 organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais. Elas agregam entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas.

Desde o início da AIDH, foi consolidada parceria com o MXVPS para realizar assessoria político-jurídica na organização de atividades e elaboração de documentos que tenham por foco o enfrentamento às ações governamentais de implantação da UHE Belo Monte, também para a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento viável e desejável das populações locais.

Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- 5 de março de 2011 - Reunião do MVXPS na comunidade de agricultores “Cobra Choca”, localizada no Km 45 da BR 230 (Rodovia Transamazônica), mais conhecida por Volta Grande do Xingu. Na oportunidade, foi possível escutar diversas falas de moradores sobre os problemas relativos ao processo de implantação da UHE Belo Monte. Particularmente, a respeito da pressão que sofrem para assinar documentos e para negociar indenizações com o empreendedor privado que é o gestor da obra, a Norte Energia S.A. (NESA). Ao mesmo tempo, houve manifestações dos representantes do MXVPS e da AIDH no sentido de ações políticas de enfrentamento e reprodução de

informações sobre os direitos que lhes são garantidos pela legislação.

- 11 a 14 de março de 2011 - Participação no ato público denominado, “1º Grande Pescaria em Defesa do Rio Xingu Contra Belo Monte”, realizado na orla do cais da cidade de Altamira. O ato reuniu mais de 600 pessoas e cerca de 250 pescadores para a realização da pescaria e almoço coletivo dos peixes pescados. A ação foi feita durante a época do “defeso” (período de reprodução dos peixes quando é proibida a pesca), e tinha como objetivo salientar que de nada adianta se preocupar com a reprodução dos peixes se a instalação da obra trará consequências drásticas, inclusive com a possível extinção de algumas espécies na região. Depois do almoço coletivo também houve doação de pescado para entidades de apoio a famílias carentes de Altamira e as espinhas dos peixes foram jogadas em frente ao prédio da Eletronorte.
- 23 de abril de 2011 - Participação no seminário “Belo Monte: estudos e desafios”, organizado pelo MXVPS e UFPA. A ação foi realizada no auditório da Casa de Cultura do Município de Altamira, e contou com a presença de pesquisadores, ambientalistas e Comissão do Senado Federal. Todos estiveram voltados para a discussão dos impactos socioambientais gerados com a construção da UHE Belo Monte.
- Assessoria nas elaborações das Cartas à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Presidência da República. A primeira questionava o posicionamento da subseção municipal da OAB em relação à UHE Belo Monte. A segunda tinha por escopo a crítica ao processo de seleção e formação da estrutura do Comitê

Gestor do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. Também criticava a política de financiamento que pretende realizar compensações aos danos socioambientais causados pela UHE Belo Monte.

Além das referidas atividades e documentos, outras ações foram desenvolvidas junto ao MXVPS, como a participação em reuniões internas, em entrevistas para canais televisivos e para documentários, e também no encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos para o Ministério Público Federal (MPF), para a Defensoria Pública e Polícia Civil do Estado.

A sistematização das ações desenvolvidas no âmbito do programa de extensão AIDH possibilita a constatação da grande quantidade de atividades realizadas no primeiro semestre de 2011 e, portanto, nos primeiros meses de operação da AIDH.

As ações foram conduzidas tendo a frente não apenas o professor-coordenador e a bolsista de extensão, mas outras 12 pessoas, discentes dos cursos de Engenharia Florestal, Etnodesenvolvimento, Letras e Pedagogia, que se sensibilizaram com a proposta de

ação planejada e passaram a colaborar no trabalho de organização dos eventos, além das formações internas.

Também foi planejada a realização de curso de formação sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, voltado especificamente para as associações e povos indígenas da região do rio Xingu. O que deve se dar a partir do estabelecimento de parceria com a Escola de Conselhos – executada pelo Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA, em articulação com outras dez instituições governamentais e da sociedade civil – também para realização de outros cursos de formação continuada para conselheiros tutelares e de direitos da região.

As atividades do “Cine Ói e Ôiça” continuam toda sexta-feira no auditório da UFPA, e planejamos a realização de outras duas edições do “Sarau de Poéticas e Direitos Humanos”, sempre com os objetivos de relacionar as linguagens artísticas com a temática dos direitos humanos, privilegiando artistas da região e assuntos que interessam à população local.

Por fim, a parceria com o MXVPS será intensificada, agora com a realização de cursos sobre Direito Ambiental e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais junto às lideranças.

Referências

- AGUIAR, Carlos Bruno Corrêa. Assessoria Jurídica Popular e a resignificação da cidadania. Monografia apresentada ao Curso de Direito da UFMA. São Luís, 2004.
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 1991.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da tolerância. São Paulo: UNESP, 2004.
- FURMANN, Ivan. Assessoria Jurídica Universitária Popular: da utopia estudantil à ação política. Monografia apresentada ao Curso de Direito da UFPR. Curitiba, 2003.
- LUZ, Wladimir. Assessoria jurídica popular no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.



Projeto HABITAT: construindo parcerias para a Arquitetura e Engenharia Pública nos bairros de baixa renda em Viçosa - MG

Aline Werneck Barbosa de Carvalho | Arquitetura e Urbanismo - UFV
Geraldo Ribeiro Filho Brown | Arquitetura e Urbanismo - UFV
Victor Hugo Ribeiro Pimenta | Arquitetura e Urbanismo - UFV
Acadêmicas: Ana Luísa Silva Figueiredo, Natália Karnauchovas, Renata Neves
Ramos, Renata Maria De Mori Cezario Resende

O “HABITAT: Consultório Móvel de Arquitetura” consiste num projeto de extensão universitária, desenvolvido pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, desde o ano

de 2006. O projeto inicial teve como referência uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq, na qual os estudantes fizeram o levantamento e análise das condições de moradia, de infraestrutura urbana e dos equipamentos comunitários

existentes no bairro periférico e de baixa renda denominado Bairro Nova Viçosa, cujos resultados apontavam a precariedade das condições de habitabilidade existentes (SACHT; CARVALHO, 2002; SACHT; CARVALHO, 2004).

A pesquisa motivou a proposição de ações de extensão no sentido de mitigar os problemas habitacionais enfrentados pela população residente neste Bairro Nova Viçosa, dando origem ao Projeto Habitat. Desde o começo de sua atuação, o Projeto Habitat caracteriza-se por proporcionar orientação técnica às famílias carentes do bairro nas ações referentes à construção, reformas e soluções de problemas construtivos das moradias. Além disso, visa fornecer orientações mínimas sobre hábitos de higiene que possam melhorar as condições de habitabilidade. A atuação do projeto ocorre nos moldes de um escritório de arquitetura, levando orientações ao alcance das famílias que não possuem recursos financeiros para contratar este tipo de assessoria junto a profissionais da cidade.

Nesse sentido, a ação extensionista atende aos objetivos da Lei no 11.888/2008, que assegura o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social das famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, como parte integrante do direito social à moradia previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (IAB, 2010; BRASIL, 2008).

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo mostrar o desdobramento atual das ações deste projeto extensionista, como resultado de uma avaliação permanente dos resultados obtidos, realizada pelas equipes responsáveis pela sua coordenação e execução.

O Projeto Habitat nos Bairros Nova Viçosa e Posses

Iniciado no Bairro Nova Viçosa, com o passar do tempo, o Projeto Habitat Consultório Móvel estendeu suas ações também ao Bairro Posses, a ele contíguo, com condições de moradias e indicadores sociais e econômicos ainda mais graves.

As ações realizadas nos bairros atende a população de baixa renda e abrange desde consultorias construtivas, pequenas reformas e ampliações, até projetos arquitetônicos novos e completos. Também atua nos levantamentos arquitetônicos a fim de regularização fundiária frente aos órgãos competentes da cidade (SANTANA; CARVALHO, 2008; BORGES; SANTANA, 2007; CARVALHO; SACHT, 2005).

A metodologia adotada inclui: divulgação na comunidade, cadastro das famílias interessadas (por meio de fichas cadastrais contendo dados socioeconômicos, da estrutura familiar e das condições da moradia), visitas técnicas e levantamento das necessidades habitacionais do cliente; levantamentos arquitetônicos e fotográficos, elaboração dos projetos arquitetônicos e acompanhamento da execução da obra. As figuras 1 e 2 ilustram algumas destas etapas.



Todas as etapas são orientadas pelos professores da Universidade Federal de Viçosa - arquitetos e engenheiros - que coordenam o projeto de extensão. O trabalho de campo é realizado pela equipe aos finais de semana, as demandas levantadas pelo grupo são discutidas em reuniões semanais com toda a equipe. Uma vez definida a melhor solução para o problema, realiza-se o estudo preliminar que será apresentado à família, visando à sua aprovação e à elaboração do projeto final. Feito isso, realiza-se o orçamento da obra.

As demandas identificadas em campo podem envolver situações bastante simples, como por exemplo, as necessidades de otimização de lay-out, de alteração na posição de portas ou janelas, de localização do fogão a lenha (prática muito comum no bairro), de ampliação de banheiros ou quartos, até situações bastante complexas que envolvem problemas estruturais, rachaduras e implantação em áreas de risco, dentre outros.

No caso de reformas e acréscimos nas casas, nas soluções apresentadas procura-se aproveitar ao máximo a construção existente, mantendo-se especialmente as áreas molhadas, de modo a reduzir o custo final para o proprietário e viabilizar financeiramente a obra. Mesmo no caso de novas construções, o custo final da unidade habitacional é sempre um dos principais condicionantes das soluções apresentadas.

Todas as atividades realizadas obedecem à legislação urbanística vigente em Viçosa, como o Código de Obras (Lei no 1.633/2004) e a Lei de Ocupação, Uso do Solo e Zoneamento do Município (Lei no 1420/2000). Os clientes são orientados sobre a importância e a necessidade de aplicação das normas construtivas, uma vez que elas objetivam conferir melhores condições de habitabilidade aos moradores. A ideia é preservar as áreas de iluminação e ventilação natural, os afastamentos das divisas, as dimensões mínimas dos compartimentos, pés direitos e janelas,

Atendimento aos clientes: orientação; projeto e levantamento arquitetônico. 2012.

a boa distribuição dos compartimentos, dentre outros aspectos das moradias já construídas.

Além disso, o trabalho desenvolvido nos bairros também mostra para os moradores a importância do projeto da edificação e da orientação técnica para execução da obra, ressaltando o papel do profissional de Arquitetura e de Engenharia.

Desse modo, os benefícios do projeto de extensão estendem-se não só às famílias atendidas, mas também aos estudantes, que têm a oportunidade de vivenciar em campo as necessidades reais da população em termos de habitação e, ao mesmo tempo, reproduzir atividades típicas de um escritório de Arquitetura. De certa forma, aliam-se os objetivos de um “escritório modelo” com os da Arquitetura e Engenharia Públicas.

Por outro lado, este tipo de ação realizada no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFV busca suprir uma carência identificada na cidade de Viçosa, onde o Serviço de Arquitetura e Engenharia Pública, instituído pela Lei no 1.637, de 4 de abril de 2005, ainda não se efetivou.

A nova etapa do Projeto Habitat

No ano de 2011, a equipe responsável pela condução das atividades realizou uma pesquisa entre os moradores que haviam participado do Projeto Habitat no período 2006-2010, com a finalidade de fazer uma avaliação das ações implementadas para corrigir e reorientar, se necessário, os rumos do Projeto.

Além disso, durante a atuação da equipe no ano de 2011, observaram-se algumas carências não supridas nos anos anteriores, como a falta de orientação para orçamento das obras e de direcionamento dos recursos a serem empregados pelos clientes, ocasionando gastos financeiros desnecessários na obra. Notou-se também que a falta de orientação quanto ao emprego dos materiais de construção e às técnicas empregadas na execução da obra ocasionam, além do desperdício, uma menor durabilidade da construção, o que acarreta problemas à curto prazo (infiltrações, aparecimento de trincas e outras patologias na edificação) e a necessidade de se refazer os serviços.

A fim de solucionar ou minimizar os problemas apresentados buscou-se, em 2012, ampliar a gama de ações do Projeto Habitat. Para tanto, foram estabelecidas parcerias com um projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Viçosa e com fornecedores de materiais de construção do município. Procurou-se, por meio destes contatos, adquirir descontos para viabilizar a obtenção de materiais de construção para as famílias atendidas, cujas rendas chegam no máximo a dois salários mínimos por pessoa. Já a parceria com o curso de Engenharia Civil vem se dando mediante ações conjuntas entre o Projeto Habitat – Consultório Móvel de Arquitetura e o Projeto Engenharia Pública, coordenado por professores do Departamento de Engenharia Civil e executado por um aluno deste curso. A conciliação desses projetos tem possibilitado avançar na orientação técnica para as famílias, incluindo ações referentes a soluções e correções de problemas

relacionados à concepção estrutural e execução da obra, além das orientações já realizadas pelos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo.

No ano de 2012, até o presente momento, foram cadastradas e atendidas 14 famílias. Em apenas dois casos não foram possíveis de se atender às demandas apresentadas: um devido à situação de risco encontrada e outro devido à impossibilidade de adequar a situação vigente à legislação urbanística. A parceria com o Projeto Engenharia Pública, envolvendo estudante do curso de Engenharia Civil, foi de extrema importância para a avaliação das condições estruturais que representavam risco, o que serviu para alertar a família do perigo iminente.

O Projeto Habitat constitui uma importante experiência na área do projeto de habitação de interesse social na medida em que insere o estudante no meio onde as carências são reais,

colocando-o em contato direto com as necessidades mais prementes de uma população carente não só de recursos financeiros, mas, sobretudo, de orientações mínimas sobre suas construções, visando à melhoria da sua qualidade de vida. Permite também ao estudante vivenciar a prática de um escritório de Arquitetura e Engenharia ao reproduzir, de certa forma, um conjunto de atividades que fazem parte das atribuições desses profissionais.

Entretanto, esta nova etapa do Projeto Habitat, que inclui a parceria com o Projeto Engenharia Pública, do Departamento de Engenharia Civil da UFV, constitui um avanço em relação às versões anteriores. Esta parceria tem contribuído não só para as famílias beneficiadas, mas também para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, constituindo um diferencial ao agregar técnicas, práticas, conhecimentos multidisciplinares e o contato com a realidade.

Referências

BRASIL. Lei no 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viiv_Identificacao/lei%2011.888-2008?OpenDocument> Acessado em 7 de maio de 2012.

BORGES, Raphael M.; SANTANA, Marcela. Projeto Habitat: Consultório de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa. Relatório de extensão. Viçosa, 2007.

CARVALHO, A. W. B.; SACHT, H. M. Condições de habitação e habitabilidade no Bairro Nova Viçosa, Viçosa, MG. Oikos, Viçosa (MG), v. 16, n. 3, p. 89-112, 2005.

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil. Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social. Editora: Tecnodata Educacional, 2010.

SACHT, Helenice Maria; CARVALHO, Aline W. B. Habitat de interesse social e meio urbano. Avaliação das condições de habitação e habitabilidade no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa - MG (Parte I). Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – CNPq. Viçosa: DAU, 2002.

SACHT, Helenice Maria; CARVALHO, Aline W. B. Habitat de interesse social e meio urbano. Avaliação das condições de habitação e habitabilidade no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG (Parte II). Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – CNPq. Viçosa: DAU, 2004.

SANTANA, Marcela M.; CARVALHO, Aline W. B. Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura no Bairro Nova Viçosa. Relatório de extensão. Viçosa, 2008.

VIÇOSA. Lei no 1.637, de 4 de abril de 2005. Serviço de Engenharia e Arquitetura Pública.

AUDIÇÃO



Prevenção da perda auditiva induzida por elevados níveis de pressão sonora em escolares de Porto Alegre - RS

Adriane Ribeiro Teixeira | Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade - UFRGS
Magda Aline Bauer | Fonoaudióloga - UFRGS
Acadêmicas: Letícia Sousa Flores, Carolina Louise Cardoso

O ruído é considerado como uma sensação auditiva desagradável e pode ser um agente nocivo à saúde, presente em ambientes urbanos e sociais, inclusive nas atividades de lazer (MIRANDA; DIAS, 1998). A exposição a ruído durante longos períodos pode originar distúrbios físicos, mentais e sociais nos indivíduos. Entre os

comprometimentos que podem ocorrer, o mais definido e quantificado é o dano ao sistema auditivo. Destaca-se que as lesões dependem de fatores tais como frequência, intensidade, duração, ritmo, tempo de exposição e susceptibilidade individual (NEVES; SOALHEIRO, 2010).

Anteriormente, a perda auditiva induzida por ruído era descrita somente em

trabalhadores expostos a níveis elevados de pressão sonora, tais como metalúrgicos, marceneiros, operários da construção civil, entre outros. Atualmente, com a disseminação do uso de potentes aparelhos de amplificação sonoros eletrônicos capazes de reproduzir arquivos de áudio (equipamentos como rádios portáteis, celulares, gravadores e players) utilizados com fones de ouvido por muitas horas durante o dia, jovens estão apresentando, precocemente, perdas auditivas. O uso indiscriminado em forte intensidade e exposição prolongada de tais equipamentos podem causar danos à saúde auditiva destes sujeitos, bem como à saúde geral (LACERDA et al., 2011).

Além disso, observa-se, que a escuta de música eletronicamente amplificada não se restringe a horas de lazer. Muitas vezes os jovens utilizam tais equipamentos diariamente, em horários de transporte para a escola e trabalho, e muitas vezes nos horários de aula.

Frente ao exposto, optou-se por desenvolver um projeto de extensão visando a orientação dos jovens sobre os riscos à saúde que a exposição a níveis elevados de pressão sonora pode promover. Desenvolvemos as atividades no ambiente escolar porque é um local onde poderiam ser encontrados um grande número de adolescentes, o espaço permitiria que tivéssemos os recursos audiovisuais necessários para o desenvolvimento das atividades, de forma que se tornem mais interessantes e que as orientações sejam mais produtivas.

O projeto que, inicialmente seria somente extensionista, deu origem a uma ação de pesquisa. Além disso, a participação de acadêmicos do Curso de

Fonoaudiologia permite que os mesmos consigam desenvolver, ainda em fases iniciais do curso, atividades preventivas na comunidade, o que envolve a busca de referenciais teórico-práticos e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Assim, este projeto tem como objetivos gerais promover a saúde auditiva e prevenir a perda auditiva induzida por ruído não ocupacional em estudantes. Os objetivos específicos são: orientar estudantes do ensino fundamental e médio sobre a perda auditiva induzida por ruído não ocupacional e informá-los sobre os efeitos auditivos e extra-auditivos do ruído.

Desenvolvimento e Metodologia

O projeto iniciou em 2010, com o objetivo de realizar palestras de orientação a alunos de 5º ano do Ensino Fundamental a 3º ano do Ensino Médio em escolas de Porto Alegre - RS.

Após a aprovação do projeto e da seleção das bolsistas, ainda em 2010, foi elaborado o material visual a ser usado para a orientação dos estudantes. Sendo assim, elaboraram-se slides que compreendiam informações resumidas e simplificadas sobre a anátomo-fisiologia da audição, uso de equipamentos de música eletronicamente amplificada, efeitos dos níveis elevados de pressão sonora sobre o corpo humano e formas de prevenção, especificamente no que se refere ao uso de amplificadores de música em alta intensidade e tempo prolongado. Os slides foram reproduzidos em diferentes formatos (para reprodução em projetores, DVDs ou retroprojetores). Também foi elaborado um marcador de páginas contendo os principais pontos abordados nas palestras de forma que os alunos tivessem

acesso constante aos assuntos que foram abordados durante a orientação e um cartaz para exposição na escola.

Finalizado o material, iniciou-se a busca de escolas para o desenvolvimento do projeto que foi desenvolvido a partir de contato com as direções das escolas, visando a explicitação do assunto e a solicitação de permissão para a realização de orientações. A partir da aprovação das escolas, foi realizada uma visita para determinar o número de turmas e alunos a serem incluídos no projeto. Definimos onde seriam feitas as orientações, quanto tempo seria necessário permanecer nas escolas (a partir do número de alunos/turmas) e quais os recursos visuais necessários (slides, lâminas para retroprojektor, DVDs). Salienta-se que as palestras são de curta duração, visando pouca interferência na rotina da escola.

Após a realização de cada palestra, as extensionistas realizavam a medida do nível de intensidade dos aparelhos de música eletronicamente amplificados, daqueles alunos que se interessassem, através do medidor de pressão sonora, no nível em que estes costumavam ouvir diariamente. Neste momento também eram realizadas orientações sobre os níveis adequados, visando manutenção da saúde auditiva e prevenção dos efeitos extra-auditivos do ruído.

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento do projeto de extensão deu origem a um projeto de pesquisa, que visa avaliar o conhecimento dos adolescentes sobre os riscos da exposição periódica a níveis elevados de pressão sonora e identificar os hábitos dos mesmos no que se refere à música eletronicamente amplificada. Para a

realização da pesquisa, era solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a diretora da escola. Com a aprovação da escola, um dia antes das orientações, as turmas eram visitadas, sendo entregue cópias do TCLE para ser assinado pelos pais dos alunos menores de idade. No dia da palestra, eram recolhidos os TCLE e entregues uma cópia do instrumento elaborado especialmente para este estudo para cada estudante autorizado. Ainda, cabe informar, que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, conforme Protocolo número 2010009.

Resultados

O projeto foi desenvolvido em 12 escolas da rede pública de ensino de Porto Alegre – RS. Estiveram presentes nas palestras 2.426 estudantes. O tempo de permanência em cada escola variou de uma a quatro semanas, uma vez que não existiam locais amplos onde pudessem ser acomodados todos estudantes de uma mesma escola, o que implicava na realização de várias palestras.

Em relação ao conhecimento dos adolescentes a respeito dos riscos da exposição a níveis elevados de pressão sonora, apenas 374 estudantes fizeram parte dessa amostra, pois apenas estes levaram os TCLE assinados. Desses, 158 (42,2%) são do sexo masculino e 216 (57,8%) do sexo feminino, com idades entre 10 e 22 anos (média 14,11 anos) de idade. Com relação aos hábitos de uso de música eletronicamente amplificada, verificou-se que 333 (89,0%) relataram utilizar equipamentos de música eletronicamente amplificada. O tempo de uso diário relatado pelos estudantes variou

entre 10 minutos e 24 horas, sendo que 250 (66,84%) dos adolescentes referiram utilizar até 5 horas por dia com intensidade máxima ou próxima da máxima (64,7%). Por outro lado, 214 (58,5%) relataram se preocupar com efeitos da exposição ao som alto. Em consideração ao conhecimento prévio dos estudantes em relação aos prejuízos da música em intensidade elevada, 245 (65,9%) do total relataram nunca ter recebido informações sobre o assunto.

Foram apenas 112 jovens que apresentaram queixa de perda auditiva, totalizando 30,1%. Com relação aos efeitos extra-auditivos dos níveis de pressão sonora elevados houve relato de enjôo (8,3%), vômito (2,4%), distúrbio de atenção/concentração (29,9%), perda de apetite (11,5%), nervosismo (28,9%), cansaço (41,7%), ansiedade (35,8%), tontura (19,0%), irritabilidade (22,5%), distúrbio do sono (23,5%), cefaleia (33,2%), depressão (6,4%), stress (25,9%) e redução da potencia sexual (1,6%).

As medidas de intensidade sonora foram realizadas em 100 estudantes, sendo que 73 (73%), utilizavam seus equipamentos de música acima de 85 dB(A) e destes, 24 (32,8%) usavam acima de 100 dB(A), valores estes prejudiciais a saúde auditiva e geral. Sendo assim, os alunos eram orientados a reduzir a intensidade de forma que não prejudicasse a audição.

Percebeu-se o interesse dos discentes no que se refere às palestras, uma vez que a maioria deles relatou fazer uso de equipamentos de música eletronicamente amplificada diariamente. Devido à aceitação dos docentes e aos relatos sobre o uso desses equipamentos até mesmo dentro de sala de aula, sabe-se do grau do prejuízo.

Ao retornar as escolas alguns estudantes relatavam ter diminuído a intensidade em que costumavam ouvir música, e outros abandonaram o hábito de dormir todas as noites com os equipamentos ligados e em elevada intensidade, o que, sem dúvida, prejudica a audição e a qualidade do sono. Além disso, mencionavam alertar outros amigos e familiares sobre a exposição à intensidade elevada. Logo, acredita-se que o projeto está repercutindo positivamente na manutenção da saúde auditiva e na prevenção da perda auditiva dos adolescentes.

Discussão

O ruído pode ser considerado um risco a saúde, especialmente a auditiva, uma vez que o indivíduo que se expõe com frequência a fortes intensidades pode causar danos ao seu sistema auditivo.

Equipamentos como rádios portáteis, gravadores e CD players com fones de ouvido são muito populares entre os jovens. Esses equipamentos podem atingir uma intensidade sonora nos fones de ouvido que varia de 60 a 120 dB (A) e podem tornar-se prejudiciais a audição, podendo causar perda de audição, quando usados num volume muito alto e por um tempo contínuo e prolongado (BORJA et al, 2002).

O ruído representa, atualmente, um importante problema de saúde pública, uma vez que está presente no cotidiano das pessoas, independentemente ou associado a possíveis exposições ocupacionais (FIORINI; FISCHER, 2004).

Entretanto, as respostas ao questionário do projeto de extensão demonstram que ações relacionadas à prevenção de problemas auditivos associados ao ruído devem ser intensificadas.

Os resultados apontaram que 58,5% dos estudantes questionados relataram se preocupar com efeitos da exposição ao som alto, porém 65,9% relataram nunca ter recebido informações sobre o assunto. Outro estudo com estudantes demonstra que a maioria dos indivíduos estudados tem conhecimento de que o som ouvido em alta intensidade pode causar problemas de saúde (BORJA et al, 2002).

Apesar de ser difícil isolar o ruído como único responsável pelos efeitos extra-auditivos (SELIGMAN, 1993), esses demonstram estar associados à exposição a sons intensos. Nesse projeto os jovens relataram a presença de vários efeitos extra-auditivos, sendo o cansaço (41,7%) o mais citado.

Assim como o questionário, as medidas de intensidade verificadas no projeto de extensão revelaram que um número elevado de estudantes (73%) costuma expor-se a níveis elevados de

intensidade. Através do projeto de extensão esses alunos eram orientados a reduzir a intensidade de forma que não prejudicasse a audição, pois de acordo com Park et al (2006), precisamos informar os adolescentes sobre como fazer uso apropriado dos aparelhos de música eletronicamente amplificados.

Conclui-se, até o momento, que os objetivos do estudo estão sendo alcançados, pelo interesse demonstrado pela direção das escolas, pelo número de alunos participantes em cada uma das escolas incluídas e pelo interesse dos mesmos na manutenção de níveis adequados de intensidade em seus equipamentos de reprodução de música. Além disso, observa-se a relevância da realização de orientações aos estudantes já que estes relatam desconhecimento sobre o assunto e fazem uso inadequado de equipamentos de música eletronicamente amplificada.

Referências

- BORJA, Ana Lúcia, SOUSA, Barbara, RAMOS, Marcia Maria, ARAUJO, Roberto Paulo Correia de. O que os jovens adolescentes sabem sobre perda induzida pelo excesso de ruído? Revista Ciências Médicas e Biológicas, v.1, n.1, p.86-98, 2002.
- FIORINI, Ana Claudia; FISCHER, Frida Marina. Expostos e não expostos a ruído ocupacional: estudo dos hábitos sonoros, entalhe audiométrico e teste de emissões otoacústicas evocadas por estímulo transiente. Distúrbios da Comunicação, n.16, v. 3, p. 371-393, 2004.
- LACERDA, Adriana Bender Moreira de, GONÇALVES, Claudia Giglio de Oliveira, ZOCOLI, Angela Maria Fontana, DIAZ, Carolina, PAULA, Karla de. Hábitos auditivos e comportamento de adolescentes diante de atividades de lazer ruidosas. Revista CEFAC, n. 13, v.2, p.322-329, 2011.
- MIRANDA, Carlos Roberto, DIAS, Carlos Roberto. Perda auditiva induzida por ruído em trabalhadores de bandas e trios elétricos de Salvador, Bahia. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n. 25, v. 93/94, p. 99-118, 1998.
- NEVES, Eduardo Barbosa; SOALHEIRO, Márcia. A proteção auditiva utilizada pelos militares do exército brasileiro: há efetividade? Ciência e Saúde Coletiva, n.15, v. 3, p. 889-898, 2010.
- PARK, Jong-Seo; OH, Sean-Hee; KANG, Pock-Soo; KIM, Chang-Yoon; LEE, Kyeong-Soo; HWANG, Tae-Yoon; SAKONG, Joon. Effects of the personal stereo system on hearing in adolescents. Journal of Preventive Medicine & Public Health, n. 39, v. 2, p. 159-164, 2006.
- SELIGMAN, José. Efeitos não auditivos e aspectos psicossociais no indivíduo submetido a ruído intenso. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, n. 2, v.59, p. 257-259, 1993.

Revista da Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Deus

Revista da Extensão.

Porto Alegre, nº 4, julho de 2012.

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Editor

José Antônio dos Santos

Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Cardoso

Fabiano de Vargas Scherer

Paulo Baldo

Ricardo Fredes da Silveira

Fotografia da capa

Kuriakim Humberto Toscan

Revisão

José Antônio dos Santos

Conselho Editorial

Sandra de Deus (Presidente)

Carla Bastos dos Santos (Assessoria Técnica)

Claudia Porcellis Aristimunha (Museu da Universidade)

Eduardo Cardoso (Faculdade de Arquitetura)

José Antônio dos Santos (Editor)

Leandro Soares Rodrigues (Núcleo de Divulgação)

Luis Henrique Telles da Rosa (Pró-Reitor de Extensão da UFCSPA)

Maria Helena Steffani (Instituto de Física)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90046-900 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3196 / 3308 3307

www.proext.ufrgs.br | revistadaextensao@proext.ufrgs.br